



ATA N.º 21/XIII-1º/2021-25

1 - Aos dezasseis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro – Casa Amarela, sito na rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a segunda reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1** - Período de Intervenção dos Cidadãos;
- 3** - Período da Ordem do Dia (continuação)

3.4 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); André Macedo Soares Ferreira (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Sónia Tchissolé Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Bruno Ramos Dias (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Inês Pezarat Correia Bom (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD); Sara Sofia Martins Pinheiro (CHEGA); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE)

4.1.2 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU):

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a ausência da Vereadora Maria das Dores Marques Banheiro Meira; da Senhora Vereadora Helena Manuela Gil Azinheira, do Senhor Vereador Nuno Matias e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes Judite Isabel Lisboa, Sónia Carvalho, Aida Rafael Caboco, Marco Almeida, Magda Frade, Daisy Cruz, Luís Filipe Pereira.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.1.1 – A Senhora Múncipe Judite Isabel Lisboa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho representar os meus filhos enquanto mãe e encarregada de educação. Os meus filhos estão inscritos na Escola Maria Rosa Colaço, do Agrupamento Francisco Simões.

O transporte escolar sempre foi assegurado pela Câmara Municipal de Almada, com o Agrupamento, acho que existe uma Ata. Quando os meus filhos foram para lá já existia esse convénio, entretanto este ano foi cancelado.

Não foi efetuado qualquer aviso prévio, para espanto de todos os pais, houve apenas um comunicado numa reunião escolar, e desde então tem sido uma reclamação que encaminhamos para a Câmara Municipal depois é o Agrupamento e ninguém assume a responsabilidade.

Eu já falei com as várias pessoas, posso dizer que por parte da Câmara Municipal sempre houve uma resposta, pode não ser aquela pretendida, mas há uma resposta, seja dos técnicos, seja da parte superior e estão a dar indicação que estão a aguardar. A questão é que os miúdos não têm transporte e não há solução para isso, não temos escola não temos nada. Eu gostava de saber o ponto da situação, gostava de saber se realmente há projeto, se não há, quem é que ficou com o dinheiro, quem é que não ficou. Acho que é uma vergonha o que se está a passar no Feijó. Eu devo dizer que apesar da minha origem ser do Norte, eu fui criada no Feijó, eu conheço as escolas todas. Eu estive na das escadinhas como se costuma dizer, ao pé do Triângulo e estive na Romeu Correia e sempre fui muito bem tratada. Devo salientar que, não tenho nada contra os Professores nem os Assistentes Operacionais que estão lá, aliás, são excecionais dadas as condições que existem e gostava que pelo menos alguém avaliar a possibilidade de manter pelo menos este ano letivo, até os pais se organizarem, porque há crianças que efetivamente estão em dificuldades. Porque cancelando este transporte têm que se socorrer de outros meios e nem todos têm essa possibilidade.

Eu vim cá propositadamente expor esta situação. Pensem nas crianças. Porque é muito chato chegarmos ao início do ano, onde é suposto estarmos preocupados com as canetas, com os cadernos, com os livros, com os amigos e estamos preocupados com o transporte. Estou desagrada com o Agrupamento porque não tive resposta por parte da Direção, não sei porque motivo e da Câmara Municipal estou a aguardar e há mais pessoas aqui que podem confirmar aquilo que estou a dizer.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Sónia Carvalho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Represento o Tomás Batista, que tem oito anos.

Este ano para meu espanto a escola comunicou que não havia transporte escolar. Nós como pais começamos a enviar emails para a Câmara Municipal, para resolvermos o assunto. Foi-nos dito que, derivado a um decréscimo de alunos, foi retirado o transporte escolar. Isso é mentira. Sempre houve imensas crianças no transporte, havia filas enormes, havia vezes que o autocarro tinha que fazer duas vezes o mesmo trajeto porque não cabiam as crianças todas, as crianças estavam expostas ao sol, à chuva, ao vento, o que era desagradável. Para mim é um bocado complexo porque houve uma altura que eles tiveram provas escolares, deram exames e o autocarro falhou, não houve resposta do Agrupamento, mandaram uma funcionária aguardar lá. Resultado, a nossa sorte é que houve uma boa fé dos pais, levaram os miúdos para a escola. Eu como mãe, tenho poucas especialidades, e há pais que ainda estão piores do que eu, porque não têm maneira de levar os filhos para a escola. Eu tenho que pegar às 09h00 da manhã no trabalho. Tenho que levar o meu filho, tenho que me levantar entre as 05h00 e 06h00 da manhã. Não é justo para uma criança de oito anos ter que se levantar tão cedo. Eu convido vocês verem as situações em que eles estão, o meu filho diz que às vezes está com frio, que não consegue escrever, não consegue estar atento porque tem frio na sala de aulas, porque derivado ao COVID não houve condições para eles estarem lá dentro, aquilo é desumano. Eu sou de Sesimbra e estive em excelentes escolas, e o meu filho neste momento não está a ter. A minha filha esteve numa escola boa, que foi a Francisco Simões. Por azar fui morar para ali, estava toda contente que tinha uma escola para o meu filho, de um ano para o outro foi uma miséria, há roubos, há assaltos, há crianças que entram lá para dentro e espatifam a escola toda, aquilo está um



caos, entram ratos, entram baratas, a escola está um caos. Temos que ir quilómetros a pé à chuva com as crianças até ao Chegadinho, eu acho isso desumano. Eu estou a criar um filho para ter um futuro como deve ser e ele neste momento não têm a dignidade dele e eu como mãe tento ter a dignidade pouca que tem, tento lhes dar tudo.

Pensem um bocadinho nas crianças. As crianças são o futuro. Se andarem com uma criança todos os dias eu convido a ir com a criança da Escola Maria Rosa Colaço até ao Chegadinho a pé, uma criança sempre a dizer que está cansada, não é fácil. Crianças com 3 e 4 anos, 7 e 8 anos, não aguentam. Reponham o transporte escolar novamente porque há pais que não têm a possibilidade de ter passe para levarem as crianças até lá.

5.1.3 – A Senhora Múncipe Aida Rafael Caboco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A minha indignação é também relativamente à questão dos transportes escolares.

Eu sou mãe de duas crianças que frequentam a Escola Maria Rosa Colaço. Ou seja, no início, antes da escola ser destruída, nos foi garantido o transporte, por isso é que nós aceitamos que a escola fosse praticamente destruída e os meninos fossem então estudar para o Chegadinho. Mas, com a garantia de transporte. E já vamos a caminho de três anos e é muito. O meu mais pequenino tinha três anos, hoje está no 2º ano, é muito tempo. Ou seja, nós aceitamos com esta garantia, com esse compromisso e acho que nós devemos honrar os nossos compromissos, porque nós aceitamos por isso. Agora, vamos a uma reunião para o 2º ano no meu caso e a Professora simplesmente nos diz que este ano não há transporte, ficamos todas a olhar umas para as outras. Mas como assim não há transporte? Como é que vamos fazer? Nós trabalhamos, temos vida, como é que vai ser? Eu entro no meu trabalho às 07H30 da manhã, para o menino estar pronto, eu tenho que me levantar às cinco. Como é que eu faço? Deixo de trabalhar para levar o menino para a Escola? Não pode. Por isso é que eu cá estou para pedir, para apelar que a Câmara Municipal, todos vós que estão aqui presentes, que tenham essa atenção para connosco, isso é importante no dia a dia de uma família. Isso destabiliza tudo, ir buscar, ir levar, é gestão muito difícil. Eu não tenho transporte próprio, eu ando de transporte público. Eu vivo distante da escola, eu só aceitei porque houve uma garantia, houve um compromisso, onde está isso? Eu acho que temos que ser pessoas de palavra, acredito até que haja um documento que comprova isto. Agora, simplesmente dizem que não há. Peço com todo o coração, com todo o respeito, que pensem no que é estão a fazer por essas crianças. É muito complicado. Elas já estudam num contentor, não têm uma escola própria, e nem conseguem agora ir para a escola devidamente.”

5.1.4 – O Senhor Múncipe Marco Almeida:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho agradecer por me darem a palavra para falar do assunto relativo à Escola Maria Rosa Colaço.

Isto é um tema que tem vindo a assombrar não só os alunos e os seus pais, mas também os moradores e é nessa perspetiva que venho intervir.

As obras iniciaram-se por volta do ano 2018, e desde então começaram as obras e passado um ano deixou de haver desenvolvimento nessas obras. Estamos a falar de uma escola que necessitava de obras dizia-se, por falta de espaço e melhoria das condições. E hoje as crianças da Escola Maria Rosa Colaço encontram-se em contentores na Escola do Chegadinho, nem há condições, nem espaço suficiente para todos os alunos. Estas obras tiveram financiamento da União Europeia, como é que a Câmara Municipal justifica à União Europeia o estado em que a escola ainda se encontra. Os moradores hoje encontram-se com vários problemas de pragas devido às condições em que a escola foi deixada. Estamos a falar de moscas, ratazanas, baratas entre e outros e tem vindo a aumentar cada vez mais. Isso não é só um perigo e um inconveniente, mas é também um perigo para a saúde dos moradores do Feijó.

Pagamos IMI para depois a Câmara Municipal não conseguir responder aos moradores numa situação que se arrasta há demasiado tempo.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Durante a noite, levamos com o barulho das telhas a baterem umas nas outras. Há crianças que entram na escola e que brincam lá dentro e estamos a falar num sítio onde há valetas, ferros expostos, entre outros perigos. Também há situações de furtos. Começa a haver um grande problema com gatos que vão para lá procriar e cada vez há mais e causam vários problemas, desde gatos a morrerem e restos mortais de gatos.

Questiono perante a Assembleia Municipal qual é o objetivo para a escola, porque se querem acabar as obras apresentem um orçamento e novas datas. Pois, a população precisa da escola, o futuro da Freguesia do Feijó precisa da escola porque as crianças são o futuro da Freguesia, e se nós as afastamos ninguém vai querer constituir família lá porque não têm escola. Sendo que até há conhecimento que na Autarquia de Almada existem alunos que não têm acesso à escola por falta de escolas, e temos uma escola que está ao autêntico abandono. Não sei qual é o projeto que a Câmara Municipal tem neste momento para a Escola Maria Rosa Colaço, tendo em causa que não se fala do problema, estamos a falar de uma escola que já existe há bastante tempo e que dava o mínimo de condições para estudarem. Gostaria de saber, já que não querem continuar com a escola, se for essa a intenção do executivo atual, ao menos que digam como é vai resolver o problema de todos que o abandono da escola tem causado, e o que é que pretende criar no lugar da escola, porque acho que todos os moradores e utentes da escola pública, merecem uma resposta e isto já se arrasta há muito tempo para continuar assim.”

5.1.5 – A Senhora Múncipe Magda Frade:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O problema é o mesmo, é a escola. Efetivamente eu não estou aqui enquanto mãe, não tenho nenhum filho que estude lá, mas enquanto moradora. Eu moro numa cave mesmo encostada à escola, e há cerca de dois anos, eu fui à Junta de Freguesia na altura e fui onde tinha que ir reclamar, entrou-me uma ratazana pela sanita. Desde que há obras na escola, a minha casa é um jardim zoológico deste género. São baratas, são as ratazanas, são as moscas por causa dos ditos gatos que ainda agora aqui falaram, porque há gatos a nascerem a toda a hora, uns morrem outros sobrevivem, e os que morrem é moscas, é o que se sabe. Não há limpeza, não há nenhuma limpeza naquela escola, nunca mais ninguém se preocupou com aquilo, se não vai ser escola então mandem aquilo abaixo e façam outra coisa qualquer. Agora, eu pago os meus impostos porque quando não tenho dinheiro para os pagar, eu sou penalizada e eles não têm dinheiro para acabar a escola e ficamos assim. E vai morrer aquilo assim. As crianças são o futuro e ali naquele sítio não há futuro. Eu vou tentar vender a minha casa e a casa foi desvalorizada porque tem aquele mono que ali está. Alguém tem que resolver o assunto, não vamos só fazer obras quando há eleições vamos olhar para tudo no conjunto, não podemos só pensar nas pessoas quando há eleições, e neste caso nem isso pensam, aquilo está ali ao abandono e ninguém quer saber. É fácil abanarmos a cabeça e dizer que está certo. Mas não está certo, não está certo porque nós fomos todos abandonados ali naquela obra que se não há solução mandem aquilo abaixo, façam um jardim, mas não deixem aquilo com esgotos abertos, buracos abertos, onde está ali uma lixeira ou então ponham lá uma placa a dizer que é lixeira municipal. E vamos todos lá despejar o lixo que é aquilo que está a acontecer. Ainda no outro dia andaram lá a tirar fotografias para irem lá limpar e não limparam nada, há ervas que passam por cima de mim. É isso que nós queremos para o Feijó e para o futuro das crianças e para o futuro dos munícipes? Estamos a ir no caminho certo. Eu assim que puder vou fugir do Feijó porque realmente, não adianta.”

5.1.6 – A Senhora Múncipe Daisy Cruz:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu sou mãe do Tomás Rosa, que está na Escola Maria Rosa Colaço.

A minha dúvida é o porquê da Câmara Municipal só nos ter informado agora, através da Professora, que iríamos deixar de ter o transporte. O porquê da Câmara Municipal, eu tenho a certeza que esse assunto já estava em mesa, porque eu soube que colocaram questões à escola de maneira que fizessem todos os dias o apontamento de quantos meninos é que iam nos autocarros, foi assim que obtiveram informação de que havia poucos alunos a irem no autocarro, daí terem tomado a decisão de cancelar o transporte. Pelo menos é essa a informação que nós temos. Se assim foi, deveriam ter tido a boa vontade, a consciência de contactar os pais, de fazer uma



reunião com os pais e verificar junto dos pais qual era a melhor opção. Se havia um mínimo número de alunos, então em vez de cancelarem o transporte alugavam um minibus. Penso eu que nós como pais, como munícipes deveríamos ter tido essa consideração da vossa parte e de facto, não foi feito. Eu estou muito desiludida e desagrada, com essa situação e espero do fundo do coração que vocês possam dar uma solução a essa situação.”

5.1.7 – O Senhor Munícipe Luís Filipe Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui tratar de um assunto que é do conhecimento de muita gente, mas não queria começar sem vos dar o sentimento com que fiquei ontem à noite, depois de assistir à Assembleia Municipal, aliás, eu ando em sobressalto com a situação do 2º Torrão já há muito tempo, e ontem algumas intervenções deixaram-me ainda mais preocupado. E hoje fiquei sinceramente sensibilizado com algumas das intervenções destas mães e encarregadas de educação, sobre este problema da Escola Maria Rosa Colaço, que é um problema que já urge solução.

Mas a questão do 2º Torrão fez-me reviver a questão do ex Asilo 28 de Maio. Curiosamente, nos anos 80, a primeira intervenção que eu tive a oportunidade de fazer nesta Assembleia Municipal, na altura enquanto Deputado Municipal, foi sobre o Asilo 28 de Maio. Era um local onde eu tinha a minha militância política, nós nos anos 80, ainda animados do espírito do 25 de Abril, quando nos empenhávamos numa luta, nós vivíamos praticamente com as pessoas. E o Asilo 28 de Maio era uma situação dramática tal é a situação do 2º Torrão, mas com características ainda mais graves. Mas veio-me à memória, que o Asilo 28 de Maio teve a sua resolução após a morte de duas crianças, num inverno muito chuvoso, que abateu uma varanda onde estavam duas crianças ainda pequenas e morreram e depois a partir daí veio o Carmo e a Trindade, veio o Primeiro Ministro, vieram os Secretários de Estado todos, veio a Proteção Civil, vieram os Bombeiros, vieram os jornais, as televisões, veio tudo. Por acaso, na altura havia uma construção na zona do PIA, do Plano Integrado de Almada, e que permitiu o realojamento imediato de todos aquelas pessoas que ultrapassavam a seis centenas. E a única coisa que eu peço, eu não sou religioso, senão até rezava, para que não aconteça de facto, nenhuma desgraça no 2º Torrão idêntica aquela que aconteceu no ex Asilo 28 de Maio e para que não venha por aí abaixo o Primeiro Ministro tudo e mais alguma coisa e depois vai-se encontrar solução. Encontre-se a solução antes de acontecer desgraça.

Retomando o assunto que me traz aqui, que o assunto do terreno abandonado que é do conhecimento da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vereadora Francisca Parreira, da Senhora Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, é do conhecimento desta Assembleia Municipal, é do conhecimento de toda a gente. O terreno abandonado entre a Avenida da Fundação e a rua Pedro Matos Filipe, tem vindo a assumir uma proporção que as pessoas não merecem ter aquilo ao lado de estabelecimentos comerciais, um talho, cafés, florista, os ratos ali já se passeiam sem terem vergonha nenhuma, andam ali nos passeios, porque aquilo é o terreno deles, entre a Avenida da Fundação e a rua Pedro Matos Filipe. Foi organizado um abaixo assinado do qual eu fui o primeiro subscritor, que reuniu largas dezenas de assinaturas e toda a gente ficou esperançada que as coisas iam mexer. Eu já quando vim aqui em março falei neste assunto, o abaixo assinado foi entregue há uns meses, a última resposta que chega é que na impossibilidade de encontrar a empresa proprietária do terreno, aquilo é propriedade privada, é a Nossa Senhora de Fátima do capitalismo, é propriedade privada, ali ninguém mexe, mesmo que o proprietário seja um desleixado e um desrespeitador do público. Isto não pode continuar assim.

O caricato é que o último email que eu recebi é o seguinte: não sabem onde é que anda a empresa e então agora andam à procura do representante legal. Então entregaram a tarefa à Polícia Municipal de Sintra para encontrar o representante legal da empresa, para notificar sobre este problema. Por favor, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, aquilo nem é preciso rebentar fechadura nenhuma, aqueles painéis são seis parafusos, é uma chavinha em zagonal interior, são seis parafusos entra ali dentro, limpa-se aquilo tudo, aquilo é uma lixeira a céu aberto.”



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a o Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU), Senhora Vereadora Teodolinda Silveira, Senhora Vereadora Francisca Parreira, Senhor Vereador Filipe Pacheco e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à situação da Escola Maria Rosa Colaço, se o Senhor Presidente da Mesa permitir passarei a palavra à Senhora Vice-Presidente e em relação à intervenção do Senhor Múncipe Luis Filipe Pereira, também pedirei à Senhora Vereadora Francisca Parreira para mais esclarecimentos.

Mas de qualquer maneira, permitam-me que seja muito clara.

Nunca a Câmara Municipal, tomou ou teve qualquer ideia antecipadamente de eliminar o transporte que era feito para os alunos da Escola Maria Rosa Colaço. Nunca. Essa decisão surgiu de uma proposta tanto da Direção como da Associação de Pais, como a Senhora Vice-Presidente vai explicar. Portanto, foi em conversações.

Houve uma Senhora Múncipe que disse que já sabia que estavam a preparar isto há muito tempo. Nunca a Câmara Municipal teve qualquer intenção prévia de retirar o transporte, nunca. E eu meço as palavras, nunca tivemos, nem nunca foi ideia, nem nunca foi projeto que viesse da Câmara Municipal, nunca. Portanto, eu digo isto com toda a clareza. Nunca houve a ideia, nem para poupar dinheiro, nem para coisa nenhuma.

Portanto, houve as conversações da preparação do ano escolar dos serviços com a Direção da Escola, com a Associação de Pais, e houve um pedido ao qual nós acedemos. Portanto, da mesma maneira como retiramos, repomos. Portanto eu quero ser muito clara sobre isso. Nunca houve essa intenção nem nunca pensamos nisso.

Relativamente à obra, tem sido o nosso calvário e aqui também vou ser muito clara. As intenções da Câmara Municipal é que as obras se façam, obras para a escola. Tem sido um problema, já perdemos e isso tem sido regularmente debatido em reuniões de Câmara e até em Assembleia Municipal, já perdemos o financiamento europeu porque tínhamos um prazo e a obra não vai estar concluída a tempo, tivemos um primeiro problema com o empreiteiro em 2018 quando a obra começou, o concurso tinha sido lançado um ano antes, portanto, o empreiteiro tinha sido contratado, a questão não correu bem, o empreiteiro abandonou a obra, depois tivemos um tempo legal demasiado longo mas imprescindível para anular aquele contrato, para lançarmos um novo concurso, lançámos novo concurso, o concurso ficou vazio, tudo isso são procedimentos muito difíceis e neste momento voltamos a lançar novo concurso, está na fase de audiência de interessados, há concorrentes que é uma coisa extraordinária, o orçamento 100% assumido pela Câmara Municipal, porque perdemos os fundos mas a Câmara Municipal não recuou, o orçamento atinge praticamente os 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) para a reabilitação. Quando se diz que o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita, vai acabar por se endireita, mas a muito custo. O projeto que foi feito é um projeto frágil, é um projeto dispendioso, mas está a avançar, são 4.000.000.00€ (quatro milhões de euros) e o prazo previsto para a execução da obra são oito meses. Esperamos em breve poder levar à Câmara Municipal a adjudicação do novo empreiteiro para iniciar a obra.

Portanto, muito claramente, às duas questões que foram levantadas:

1 – Não foi iniciativa da Câmara Municipal acabar com o transporte;

2 – Quando me pedem clareza não posso ser mais clara, a intenção da Câmara Municipal é fazer a requalificação da escola, é avançar com a obra, é uma obra pesada que tem estado enguiçada o tempo todo, tem sido um problema e naturalmente, reconhecemos e lamentamos, e estamos naturalmente solidários, não só com todos os pais, com todas as crianças, e também naturalmente, com toda a vizinhança que tem de facto, aquela escola naquele estado, e isso não impede que não se vá limpar e ver a questão da limpeza, mas isso é evidente, eu estou a falar de uma coisa de cada vez, tem toda a razão, irei pedir de imediato, que se proceda, que se vá lá fazer uma visita e se necessário fazer a limpeza daquele espaço porque aquilo que relatam não pode continuar até por uma questão de salubridade, de saúde pública, por todas essas razões.



Portanto, às dúvidas aquilo não vai ser outra coisa do que uma escola. Vai ser uma escola. O dinheiro, ninguém ficou com o dinheiro, o dinheiro não foi desviado para lado nenhum, o dinheiro sempre esteve cabimentado e como sabem nesta gestão pública quando se cabimenta o dinheiro, quando está comprometido ninguém pode mexer, ninguém pode mexer, ninguém mexeu naquele dinheiro. Não houve nenhuma obra que fosse feita com aquele dinheiro, nunca foi um problema de dinheiro, pelo contrário, o orçamento tem estado a aumentar e a aumentar, e agora com a crise ainda aumentou mais, estamos a atingir de facto, limites de custos nas obras públicas, muito assustadores, mas a Câmara Municipal continua empenhada naquilo. Agora, é um problema quando os concursos ficam vazios, quando não arranjam candidatos, quando não temos pessoas para fazer a obra e que foi o que aconteceu agora no último ano e meio, foi isso que aconteceu, lançarmos o concurso e não aparecerem concorrentes.”

5.2.2 – Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria antes de mais nada dizer a este conjunto de mães que aqui vem com uma preocupação legítima, que já estão a ser desenvolvidos procedimentos para que o autocarro seja reposto.

Efetivamente aquilo que se passou foi que, no âmbito da preparação do ano letivo, o Agrupamento de Escolas e a Associação de Pais, fez a sua reflexão que se prendeu tanto quanto eu pude perceber na altura, com o facto, deste autocarro ter diminuído muito, muito a frequência e em alguns dias até nem ter ninguém. Os autocarros ficavam à espera, não iam e o que é que acontecia? Os que estavam acabavam por chegar atrasados e então foi nos dito isto e nós demos como bom, mas há três dias chegou-me a primeira reclamação de um pai ou de uma mãe e imediatamente eu contactei o Agrupamento e está marcada uma reunião para terça-feira, às 18H30 com a Associação de Pais e com o Agrupamento, mas independentemente disso, o autocarro vai ser reposto estamos já a desenvolver todos os procedimentos para que assim seja.

Portanto, não houve nunca como a Senhora Presidente da Câmara Municipal referiu, nenhum movimento do Município de dizer que vamos acabar por este motivo, aquele ou outro, não interessa, não houve e, portanto, foi fruto de uma conjuntura de que foi feita a avaliação, mas se há e se é preciso e desde o primeiro momento em que tive a primeira notícia da primeira reclamação, que eu desenvolvi imediatamente os procedimentos para pôr o autocarro e entretanto, sexta-feira iremos conversar porque é a conversar que a gente se entende e inclusivamente até acertar os horários, houve ali questões de horários 09H00, 09H30, chegam atrasados, outros chegam mais cedo, ver essas coisas todas, na certeza porém de que o autocarro vai ser reposto.”

5.2.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer ao Senhor Luis Filipe Pereira que já estávamos com algumas saudades de o ouvir aqui em Assembleia Municipal. É sempre muito bem-vindo assim como qualquer outro Município ou outra Senhora Município.

Dar nota que, efetivamente, essa questão está sinalizada pelo Município, ela corresponde ao procedimento que aqui sinalizou, mas queria apenas, com o escasso tempo que tenho, dar nota também publicamente, que não podemos deixar passar essa sua versão que sabemos que sendo um homem combativo, sempre esteve muito atento às problemáticas do nosso Concelho, mas não podemos deixar a versão que basta lá ir com uma chave de fendas, tirar aquela vedação e entrar no terreno. Isso não é verdade, qualquer Município está sujeito à legislação enquadradora relativamente a esta matéria, nomeadamente, o Código de Procedimento Administrativo, que no mínimo nos obriga a notificar o privado em determinados momentos, com prazos a cumprir de que ele deve proceder à limpeza desse terreno. Só decorridos estes prazos, se houver efetivamente incumprimento, é que a Câmara Municipal pode tomar posse administrativa do terreno. Portanto, quantas e quantas vezes, eu autarca gostaria de chegar lá e fazer pela minha mão aquilo que o particular não faz. Mas não posso Senhor Município Luis Filipe.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Desde já a nossa total solidariedade com os pais que aqui se manifestaram relativamente à questão da retirada do transporte e do estado em que está a escola, todos nós já sabemos. A situação já é conhecida de todos, mas expliquem-nos porque ficamos aqui com serias dúvidas. Porque se primeiro nos trazem a informação que houve em conversa com a escola, e que a própria escola abdicou deste transporte e até a própria Associação de Pais, entretanto, temos os pais que vêm reivindicar que seja repostado esse transporte, que faça a ligação entre a Escola Maria Rosa Colaço até à Escola do Chegadoinho onde se encontram a funcionar as aulas, ficamos aqui com sérias dúvidas, porque não é isso que nós sabemos, não é isso que nos chega, as conversas que nós temos tido desde esta semana com os pais assim que esta situação ocorreu, foi de reencaminharmos aquilo que chegava via email e também naturalmente, tentarmos trazer aqui hoje estas preocupações e pedir estes esclarecimentos, porque de facto, há aqui alguma incongruência nesta situação toda. Porque se há pais e se há comunidade que sempre têm reivindicado a melhoria das suas instalações e que haja uma ligação de transporte entre um edifício e outro, tem sido de facto, esta comunidade educativa da Maria Rosa Colaço. Isto diz-se na minha terra e se calhar diz-se noutras, “quando a coisa está complicada, não basta ralo senão azedo”. Quer dizer, é um problema em cima de outro problema, portanto, cada vez estamos pior.

Portanto, peço esse esclarecimento porque eu acho que a dúvida não ficou só na bancada da CDU, deve ter ficado em muitos outros.”

5.2.5 – Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não houve aqui confusão nenhuma, a avaliação foi feita não foi pela Câmara Municipal. A avaliação da situação que levaria à não existência de transporte não foi feita pela Câmara Municipal, foi feita exatamente na preparação do ano letivo e veio do lado da reflexão que fazia quer o Agrupamento, quer a Associação de Pais. Não foram estes pais que aqui estiveram, com certeza que estiveram lá, conhece tão bem quanto eu que é professor como é que funcionam os órgãos quer representativos da escola, quer representativos dos pais. Portanto, aí não temos confusão nenhuma penso eu, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.

Portanto, chegada a hora de iniciar o ano, os pais levantaram a questão imediatamente e porque não houve qualquer outro intuito em terminar com o autocarro como também já foi dito pela senhora Presidente da Câmara Municipal, imediatamente tomei todas as medidas para que o autocarro seja repostado. Portanto, muito francamente eu não consigo perceber onde é que estão as dúvidas. Agora, podem ir perguntar se eu estou a mentir, isso é outra questão e depois terão a resposta que com certeza que lhe darão, que com certeza não é essa, tenho a certeza absoluta.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia (continuação):

6.1 – Na sequência da Deliberação da Assembleia Municipal que decidiu incluir a Proposta da Câmara Municipal de Almada o ponto “Contrato de Delegação de Competência”, adenda, por unanimidade usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal;

6.1.1 – O Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há uma questão que já foi abordada com os/as Senhores/as Presidentes e Coordenadores dos vários Grupos Municipais, mas quem é soberano nesta matéria é a própria Assembleia Municipal e, portanto, eu coloco a questão à Assembleia Municipal.

Por lapso, do circuito do envio das propostas para a Assembleia Municipal, não deu entrada na Assembleia Municipal uma proposta que tem urgência e que se refere a uma adenda a uma proposta que foi aprovada na Assembleia Municipal em abril, no âmbito da delegação de competências, tem a ver com a transferência de importâncias financeiras para as Escolas e Agrupamentos de Escolas, importâncias essas que são necessárias agora no período de arranque do ano escolar. Esta proposta só pode ser considerada pela Assembleia Municipal, se dois terços dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais considerarem que é relevante e urgente e que



justifique que haja uma exceção nesta matéria. E este entendimento não é um entendimento do Presidente da Assembleia Municipal, isto decorre da Lei, tanto do Código do Procedimento Administrativo como do Regime Jurídico da Administração Local e, portanto, os/as Senhores/as Deputados/as Municipais vão decidir sobre a possibilidade de decidirmos sobre esta matéria ou não. E, portanto, é esta a questão prévia em que estamos neste momento.”

6.2 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais João Eduardo Gerales (CDU) e Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU vai viabilizar a inclusão desta proposta na Ordem de Trabalhos, porque entende que, não obstante as reservas que são públicas e sempre termos expressado relativamente a todo o processo de transferência de competências da Administração Central para as Autarquias Locais e concretamente para a Câmara Municipal de Almada, entende que este processo é um processo que afeta diretamente a qualidade de vida e a qualidade do ensino e a vida das escolas e inclusivamente temos votado sempre favoravelmente na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, tudo aquilo que diz respeito a este processo da transferência de competências para os diretores das escolas. Agora, não podemos deixar de lamentar e registar esse lamento, que numa matéria desta importância e deste alcance, seja tratada de uma forma tão displicente por da parte da Câmara Municipal, ao ponto de não ser agendada da forma que a Lei e que o Regimento da Assembleia Municipal determina que seja agendado. Não podemos deixar de expressar esse lamento e de deixar registado esse lamento.”

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal do CHEGA também vai aceitar a introdução da proposta, mas gostaríamos também de lamentar e deixar em Ata que repudiamos este atraso e esta forma de apresentar documentação. Percebemos que possa haver exceções, mas neste mandato já não é a primeira exceção, começa a ser exceção da exceção, o que é lamentável de todo. Por isso gostaríamos que este tipo de situações e este tipo de apresentação fora de prazo não se repetisse e pedimos à Câmara Municipal uma especial atenção nesse sentido.”

6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra foi aprovada a introdução da proposta da Câmara Municipal na Ordem de Trabalhos por unanimidade.

6.4 – Para apresentar a proposta usaram palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira;

6.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero esclarecer, eu não me recordo, penso que é a primeira vez que acontece isto na Assembleia Municipal, neste mandato e no anterior, portanto, quero também deixar claro. Houve claramente um lapso que dizia na entrega, após a aprovação da proposta em reunião de Câmara, não estava claramente referido que deveria vir à Assembleia Municipal, pelo que os serviços não procederam naturalmente, o que acontece foi claramente um lapso e pelo facto, naturalmente, a Câmara Municipal pede as suas desculpas, agradecendo todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais o terem viabilizado a introdução desta proposta.”

6.4.2 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero dizer que efetivamente, lamentamos tanto quanto os/as Senhores/as Deputados/as Municipais o que está a acontecer, penso que quem sabe e conhece hoje as formas como os documentos são construídos, é uma falha de um texto pequenino que dizia “Será submetido à Assembleia Municipal” e que não apareceu. E,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

portanto, os serviços logicamente, como não estava não submeteram. Demos conta da ausência da proposta na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, e por isso o pedido de introdução que agradecemos.

Como eventualmente se recordam, em abril, foi aprovado na Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal, o Contrato de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas, daquelas competências que o Estado Central delegou no Município e que o Município entendeu para o bom funcionamento das escolas devia delegar nos Senhores Diretores, nessa mesma altura foi aprovado por unanimidade o pacote financeiro que acompanhava esta delegação de competências e que abrangia os meses de abril, maio, junho, julho, agosto. Portanto, era um pacote financeiro que vigoraria até ao dia 31 de agosto. Estando já previsto que o equivalente financeiro a transferir para os Agrupamentos, fruto da transferência do IGF – Inspeção Geral de Finanças, seria feito posteriormente e cobriria os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Portanto, a adenda que aqui temos é exatamente essa, é a proposta que foi aprovada em Câmara Municipal como adenda à proposta de abril que como disse foi aprovada por unanimidade e esta vem apenas repor os valores financeiros da transferência relativamente aos quatro meses finais do ano civil de 2022 e como compreendem é uma proposta urgente porque é este o financiamento que serve de base a todo o financiamento das escolas e, portanto, ter que esperar três, quatro, cinco dias, as verbas não estão tão apertadas quanto isso, não seria dramático mas estarmos aqui a causar alguns problemas com umas escolas mais talvez até que outras, mais de qualquer modo é de direito que eles tenham este financiamento relativamente a estes quatro meses, e, portanto, pensamos quem não seria bom esperar, exatamente pela próxima Assembleia Municipal, dado o prazo dilatado que ainda demoraria a chegar.”

6.5 – Não havendo pedidos de palavra a proposta foi aprovada por unanimidade.

6.6 – Entrou-se no ponto 3.4 da Ordem de Trabalhos, relativo à apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal;

6.6.1 – Para apresentar a Informação da Presidente da Câmara Municipal Acerca da Atividade Municipal, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e o senhor vereador José Pedro Ribeiro:

6.6.1.1 – A Senhora Presidente Da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em tempos de incerteza como os que vivemos, confrontados por uma guerra simultaneamente próxima e longínqua, é bom voltarmos aos grandes autores que viveram alguns mais dramáticos da nossa história europeia, que sobre eles refletiram e escreveram.

Permitam que lembre as palavras de um grande escritor francês Georges Bernanos que morreu em 1948.

“Que uma guerra seja realmente justa, creio que ninguém o pode afirmar antes da paz. Se as pazes são justas, são as pazes justas que fazem com que as guerras sejam justas.”

Hoje não podemos omitir os impactos nas nossas vidas da guerra imposta pela Rússia à Ucrânia, nomeadamente pela subida da inflação como já não conhecíamos há mais de duas décadas, mas também pela incerteza que passou a dominar as perspetivas de um futuro mais próximo.

A pandemia, durante a qual a Câmara Municipal de Almada soube criar estratégias, apoios económicos e sociais, que fizeram com que o nosso Município fosse considerado um dos melhores na resposta à COVID-19, veio demonstrar a nossa capacidade de resiliência, a nossa capacidade de nos reinventarmos. Disso foi exemplo a nossa comunidade educativa e em particular os nossos professores, aquém aproveitou para desejar um bom início de ano escolar.

Mas não podemos negar que para além do desafio de um combate a uma crise imposta por fatores externos, temos também de combater um crescente sentimento de cansaço e de desânimo. E esse combate mais íntimo faz-se lembrando a paz justa que ambicionamos.



Temos de ser firmes nas nossas convicções, firmes na defesa dos valores humanistas em que acreditamos, firmes na defesa do estado de direito, da democracia e do modelo social europeu.

Não sei se Georges Bernanos que viveu as duas guerras mundiais, imaginava que a paz justa que se seguiu duraria mais de 70 anos, porque à razão da força se sobrepôs a força da razão e do direito.

E por isso, é com a mesma força, o mesmo entusiasmo, o mesmo empenho que continuamos a trabalhar, a construir e a sonhar Almada, enfrentando todos os desafios.

No nosso Município tudo temos feito para promover iniciativas e projetos em prole da melhoria da qualidade de vida dos nossos munícipes e do desenvolvimento do nosso território.

Com um orçamento aqui aprovado que totaliza cerca de 178.000.000.00€ (cento e setenta e oito milhões de euros), encontram-se já cabimentado 148.000.000.00€ (cento e quarenta e oito milhões de euros) mais 21.000.000.00€ (vinte e um milhões de euros), comparando com o mesmo período do ano anterior, e também já há compromissos na ordem dos 130.000.000.00€ (cento e trinta milhões de euros) mais 12.000.000.00€ (doze milhões de euros) do que o ano anterior.

Também a taxa de execução, ou seja, o que já está pago e finalizado, aumentou em relação ao ano anterior, por período homologado, em mais 14.000.000.00€ (catorze milhões de euros).

A receita realizada no período entre janeiro e agosto é de 75.000.000.00€ (setenta e cinco milhões de euros) e a despesa de 71.000.000.00€ (setenta e um milhões de euros), sendo por isso, o resultado das operações orçamentais dos oito meses decorridos positivo.

Em relação à atividade quero realçar, durante o trimestre aqui em apreço, o agradecimento e reconhecimento que prestámos no Dia Municipal do Bombeiro, condecorando 18 (dezoito) dedicados Bombeiros e Bombeiras com as Medalhas Municipais de Bons Serviços de Ouro, Prata e Bronze.

Foi uma honra, Almada ser escolhida para receber o MASCAL'22, que contou com a participação de mais de 300 (trezentos) operacionais da proteção civil de vários pontos do país, que teve como principal objetivo testar a resposta do nosso Serviço de Proteção Civil em contexto de emergência de maior complexidade.

Neste período, tivemos ainda a oportunidade de homenagear os trabalhadores da Câmara e do SMAS com 25 anos de Serviço, num almoço convívio proporcionado pela Casa do Pessoal, a quem muito agradecemos o trabalho.

Foi com um imenso orgulho e muita alegria, que entregámos os primeiros 39 (trinta e nove) diplomas do Programa Qualifica. Enquanto Presidente sei bem o esforço que representou para estes homens e mulheres, trabalhadores da Câmara Municipal de Almada, retomar os estudos, a persistência tantas vezes necessária que demonstraram. Quero-lhes dizer mais uma vez que são uma inspiração e que continuaremos a criar melhores condições de trabalho, requalificando espaços, mas também seguimento ao processo de mobilidade intercarreiras.

Estes últimos 3 meses foram também marcados por grandes esperanças e algumas desilusões, o que exigiu um grande sentido do dever e muita determinação na defesa dos direitos dos almadenses. A Carris Metropolitana é sem dúvida dos projetos mais estruturantes e reformadores das últimas décadas. O seu objetivo é claro: criar um serviço de transportes públicos rodoviários de qualidade, abrangente a todo o município e aliás, a toda a Área Metropolitana de Lisboa, ambientalmente sustentável, a custos justos para todos os utilizadores. A operação que se iniciou no nosso território a 1 de julho não decorreu conforme o esperado e contratualizado, mas a Câmara Municipal, desde o início tudo fez e tudo continuará a fazer, para que os problemas sejam resolvidos, reunindo por diversas vezes com a TML, empresa responsável pela Carris Metropolitana. De forma a escutarmos a população, promovemos cinco sessões de esclarecimento em cada uma das Freguesias que contaram com a presença da Administração da TML e dos Presidentes de Junta das Uniões de Freguesia, aliás também, a quem quero agradecer aqui o esforço e a presença. O esforço, da presença e também o trabalho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

continuado, porque também têm sido incansáveis neste encontrar de soluções. Estas sessões foram particularmente importantes, uma vez que são as pessoas que mais sentiram os problemas no seu quotidiano e que, apesar das dificuldades, não desistiram e nos têm vindo a alertar para as situações mais problemáticas, uma vez que ainda não dispomos de um sistema que nos permita ter informação fiável de imediato.

Nesta semana de início de ano escolar, não tivemos registo de dificuldades maiores. O que é uma boa notícia, mas relembro que ainda há carreiras em falta em função do que foi contratualizado. Continuaremos atentos e firmes.

Caras e Caros Senhores Deputados,

Sou e serei sempre a voz dos Almadenses e tudo farei, juntamente com todo o Executivo, para que Almada tenha um serviço de transportes públicos rodoviários de qualidade e justos.

Aproveito esta ocasião para, uma vez mais, agradecer a participação e empenho de todos.

No âmbito da requalificação urbana, inaugurámos o Parque Urbano da Vila Nova de Caparica e o Jardim Infantil da Rua dos Pinheiros, na Aroeira. Duas intervenções que há muito que eram pedidas pela comunidade e que nasceram da vontade de continuarmos a requalificar todas as zonas do nosso território. As áreas envolventes não ficaram esquecidas e continuamos a requalificar a Estrada Florestal e a Avenida do Mar, que viu o primeiro troço concluído e que já está aberto à circulação automóvel e à via partilhada da ciclovía. Estas são intervenções necessárias para continuarmos a cumprir a nossa estratégia de valorização do território, mas sobretudo, para também permitir uma melhor qualidade de vida para todos.

Neste período, recebemos a Presidente da CCDR-LVT, Arq. Teresa Almeida, que visitou algumas obras cofinanciadas pelo Programa Operacional Regional Lisboa 2020. Num total de 30 (trinta) candidaturas aprovadas, apenas 2 (duas) se encontram em fase de conclusão até ao final do ano. Foi um esforço muito significativo desde o início do anterior mandato, pois foi necessário rever, replanear muitas das candidaturas anteriormente apresentadas e apresentar novas, mas tal como nos tínhamos comprometido teremos a taxa de execução destes fundos, a que nos propusemos, tirando naturalmente e lembrando, a Escola Maria Rosa Colaço, que essa de facto, não correu bem.

Aproveitámos esta visita para inaugurar a primeira fase da requalificação do Presídio da Trafaria que já está pronto a receber a comunidade e pequenas empresas de indústrias criativas e culturais. Este é um sinal claro do caminho que queremos contruir para Almada: requalificado, com espaços de vida, dinâmicos e que apoiem o desenvolvimento social e económico.

Um dos projetos mais estimulantes em termos de requalificação e desenvolvimento sustentável para o nosso território, é sem dúvida o Agroparque das Terras da Costa, que já vai avançar a partir de setembro. Este é o primeiro parque do género no nosso Município, que representa um investimento de 2.750.000.00€ (dois milhões e setecentos e cinquenta mil euros) e que conta com o financiamento do PRR no âmbito das comunidades desfavorecidas. Este projeto vai contribuir para uma maior resiliência alimentar no nosso território, contando com o importante envolvimento das populações ali residentes, sem nunca esquecer a marca de justiça social que pretendemos que ali aconteça.

Falando na Costa de Caparica, foi com grande satisfação que 8 (oito) praias do nosso Município receberam a Bandeira Azul. Um símbolo de qualidade que distingue o esforço de articulação entre os Serviços da Câmara Municipal, o desenvolvimento local e o respeito pelo meio ambiente. Esta distinção dá-nos ainda maior responsabilidade para que continuemos a ser distinguidos.

No trimestre que aqui analisamos, verificou-se o agravamento do estado da vala do 2º Torrão, tendo sido sinalizada pelo nosso Serviço de Proteção Civil a necessidade de realojamento dos habitantes com construções ali localizadas, até ao início do próximo ano hidrológico, que depois se traduziu na data de 30 de setembro. Perante esta situação, os Serviços de Habitação procederam de imediato à identificação dos moradores nas habitações que estavam sinalizadas, numa primeira fase – primeiro uma reunião geral e depois individualmente



– com o objetivo de encontrar solução de habitação temporária o mais depressa possível. Simultaneamente, a Câmara Municipal desencadeou os procedimentos necessários à assinatura do Protocolo de Cooperação Institucional com o IHRU, no âmbito do Programa Porta de Entrada. Esta é, no entanto, uma situação temporária, sendo que a solução definitiva já se iniciou com o projeto de construção dos 95 (noventa e cinco) fogos, o primeiro lançado desde há muitos anos, e que representa a primeira fase de realojamento permanente da totalidade do Bairro do 2º Torrão. É certo que nos encontramos preocupados com esta situação, mas o nosso Executivo tem estado em permanente articulação, com todos para podermos ser o mais célere a arranjar soluções para estas pessoas, temporárias e definitivas. E aqui permitam-me que repita o que tenho dito: nunca nos esquecemos na angústia que uma situação como esta cria, criaria para qualquer um de nós seja qual for o tipo de habitação em que vivemos. Mas é evidente que, é nas pessoas mais frágeis, mais vulneráveis, que a angústia é maior. E acreditam, é um trabalho árduo, muito difícil, que exige muito esforço, mas todos têm sido incansáveis para poder resolver da melhor maneira esta situação.

Valorizar este nosso território de muitos, é valorizar, também, o nosso património e a nossa riqueza cultural. O renovado e sempre tão especial Festival dos Capuchos na sua segunda edição contou com 14 (catorze) concertos e 3 (três) conversas que maravilharam mais de 3200 (três mil e duzentos) espetadores. Este ano, o Festival que homenageou um dos seus fundadores, António Wagner Diniz, a quem quero aqui também prestar homenagem por ser de facto, uma grande figura do nosso meio cultural, aliás, o grande representante desse projeto que é a Orquestra Geração. Subiu também ao palco do Grande Auditório da FCT-NOVA, com o objetivo de aproximar cada vez mais a Cidade, a Cultura e a Universidade. Quero agradecer à Direção da FCT ter aceite fazer parte deste Festival.

Em junho, Almada voltou a encher-se de festa. Ao longo de todo o território, distribuída pelas 5 (cinco) Freguesias, a programação do “Está Tudo em Festa!” contou com concertos, espetáculos de *stand-up comedy*, teatro, dança e as tão aguardadas marchas populares. Finalmente foi uma grande alegria ver ao fim de dois anos, as nossas ruas encherem-se de luz, de cor, de música, de cantares, de amizade, de sorrisos, desta emoção que as marchas sempre trazem. Neste mês de festa, contámos com mais de 20.000 (vinte mil) espetadores.

Não podia deixar de referir neste período, o 39º Festival de Almada que, nesta edição, homenageou o José Manuel Castanheira, e que nos voltou a desafiar com uma programação que contou com mais de 20 (vinte) espetáculos e que teve 25.870 (vinte cinco mil oitocentos e setenta) espetadores. Um Festival inquestionável no panorama cultural nacional, é sem dúvida o maior Festival do Teatro, é dos maiores ao nível europeu, e faz com que Almada se assuma como a Capital das Artes Performativas.

O verão não poderia terminar sem o regresso do Sol da Caparica, após dois anos de interrupção. Este ano o parque urbano da Costa de Caparica recebeu cerca de 150.000 (cento e cinquenta mil) espetadores, sendo o Sol de Caparica já considerado o terceiro maior festival de música em Portugal. Por ele passaram 92 (noventa e duas) bandas de música lusófona, que envolveram mais de 500 (quinhentos) artistas, produtores e criadores. Um evento que se afirma cada vez mais no território nacional e que traz ao nosso Município mais pessoas, promove a nossa cultura, o nosso turismo e aumenta a nossa economia.

No âmbito da estratégia de apoio ao comércio local, renovámos a parceria com a Associação do Comércio, Indústria, Serviços e Turismo do Distrito de Setúbal, que dará continuidade à dinamização e promoção do nosso comércio. Este acordo conta com um apoio superior ao dado nos últimos anos, no valor de 85.900.00€ (oitenta e cinco mil e novecentos euros), que darão resposta a diversas iniciativas no nosso Município.

Caras e caros Deputados Municipais,

Apresentei aqui algumas das principais iniciativas e projetos que desenvolvemos no último trimestre. A dinâmica e vivacidade do nosso Município fazem com que seja difícil condensar nesta intervenção toda a nossa atividade.

Os tempos trazem-nos incerteza e o futuro desafios. Mas estou certa que graças ao empenho e dedicação do nosso Executivo e dos nossos trabalhadores, da Câmara Municipal, dos SMAS, e também a todos os trabalhadores das nossas agências municipais, a quem deixo uma palavra final de apreço e agradecimento,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

juntos, continuaremos a construir e a lutar pela paz que desejamos, a paz justa, “a paz sem vencedores nem vencidos” de que falava Sophia de Mello Breyner.”

6.6.1.2 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não me vou alongar na apresentação da Atividade dos SMAS, até porque é do conhecimento dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

No entanto, quero destacar alguns aspetos, nomeadamente, neste período de atividade os SMAS aprovaram o Plano de Gestão das Perdas de Água, algo que foi referido ontem aqui numa moção apresentada pelo PAN, e que de facto, faz parte também do Plano de Atividades normal e regular dos SMAS que foi atualizado no primeiro semestre deste ano.

Queria aqui referir também a obra que está a ser desenvolvida na Vala de Santa Teresa, em que estimamos que venha a ser cumprida durante o mês de novembro, estamos a falar de uma obra no valor superior a 1.000.000.00€ (um milhão de euros).

Quero também referir dois aspetos importantes:

O elevado custo que neste momento constitui para os SMAS a subida da energia e dos produtos químicos para o processo de tratamento das ETAR,s, isto faz com que (para terem uma ideia), durante O ano de 2022, estimamos que o custo com a energia possa atingir valores muito perto dos 8.000.000.00€ (oito milhões de euros) e temos que comparar isso com os valores de 2021, que atingiram valores perto de 2.300.000.00€ (dois milhões e trezentos mil euros). Portanto, estamos a falar de uma subida muito grande, que irá afetar naturalmente, a atividade dos SMAS, e que poderá eventualmente também, ter aqui algum impacto nomeadamente, na questão da tarifa da água.

Quero aqui também referir uma outra questão que se prende com a aprovação pelo Conselho de Administração dos SMAS da adesão à tarifa social automática e que queremos que venha a ser aprovada aquando da aprovação do orçamento para o ano de 2023, para que a mesma possa entrar em funcionamento logo a partir de janeiro do próximo ano.

Naturalmente que, também aí haverá algum custo para a Câmara Municipal, porque que terá que ser a Câmara Municipal a suportar e fazer este reembolso aos SMAS.

Genericamente era isto, pois estarei à disposição dos/as Senhores/as Deputados/as Municipal para responder a qualquer questão que queiram colocar.”

6.6.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais João Eduardo Galdes (CDU), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), José António Rocha (BE), Daniel Alexandre Silva (PS), Luís Pedro Durão (PSD), Sandra Cristina Chaíça (PS), Luís Filipe Palma (CDU), António Pedro Maco (CDS-PP), Joaquim Miguel Judas (CDU), Margarida Ramires Paulos (PAN), Henrique Alexandre Margarido (PS), José Alberto Lourenço (PS), António Francisco Salgueiro (PSD), Sónia Raquel Faria (PSD) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, mesmo no auge do debate político e no calor que normalmente o debate mais aceso traz, há afirmações que se fazem que têm que ser comprovadas e têm que ser inequivocamente comprovadas. A Senhora Presidente ontem fez uma afirmação que não comprovou. A CDU requer aqui formalmente e irá formalizar o requerimento por escrito, o fornecimento do email que a Senhora Presidente ontem referiu nesta reunião da Assembleia Municipal, mas não apenas o email, o email e todo o processo associado a esse email.



Mas dizer mais, dizer que há de facto, uma grande diferença na forma de atuação da CDU e do PS, naquilo que diz respeito aos problemas do território do Município de Almada. Quando no passado a CDU resolvia problemas sem ter nem responsabilidades, nem competências próprias, chegando a ser multada, chegando a ver uma obra embragada por um Governo curiosamente do Partido Socialista, presidido pelo Eng.º António Guterres, porque resolveu e bem, acabar com a vergonhosa Vala da Costa da Caparica e construir a Alameda que hoje se encontra lá instalada, não tendo competências nem tendo responsabilidades para o fazer, o Partido Socialista, na Presidência da Câmara Municipal de Almada, tendo aceite de mão beijada, as competências vindas da Administração Central, não as executa e não responde por elas.

Mas dizer que, a questão essencial não é esta, o foco não é este. O foco relativamente ao que se passa hoje no Bairro do 2º Torrão, é a necessidade de realojamento de dezenas de famílias e de centenas de pessoas, em função da identificação de uma situação de pré rutura da estrutura sobre as quais as casas em que habitam, estão instaladas. Essa é a grande preocupação que nos deve motivar a todos, essa é a grande preocupação que deve motivar a Câmara Municipal de Almada, no sentido de, como ontem aqui afirmamos, na declaração política que fizemos, no sentido de encontrar as soluções que não têm encontrado, que manifestamente não têm encontrado e que neste momento nos causam fortíssima preocupação.”

6.6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente Da Câmara Municipal, o CHEGA recebeu hoje, a apenas 6 (seis) horas do início desta reunião da Assembleia Municipal a resposta ao requerimento relativo ao Sol da Caparica submetido a 18 de agosto.

Consideramos que a hora de entrega da resposta é claramente e apenas uma coincidência.

Surgiram-nos algumas questões relativas ao Caderno de Encargos fornecido.

Este caderno de encargos refere-se aos anos de 2020 e 2021. O último Festival ocorreu em 2022, no mês de agosto.

O Caderno indica que o contrato será celebrado para as edições do Festival dos anos 2020 e 2021 e refere unicamente 4 (quatro) dias de espetáculo.

Se é celebrado para os anos supramencionados, quer dizer que este contrato não é válido para o ano de 2022.

Sendo assim:

- a) Foi celebrado/assinado um contrato com um clausulado não adaptado à realidade do ano de 2022;
- b) Não é este o caderno de encargos que foi aprovado;
- c) Houve, de facto, uma desatenção dos serviços competentes ou que não tiveram em atenção aos dados do contrato.

Segundo o Caderno de Encargos pretende-se assegurar da melhor forma “a plena otimização das potencialidades locais, técnicas e artísticas existentes”

Porque razão falhou então, a um nível técnico, o som, assim como a energia necessária para que os equipamentos funcionassem na plenitude?

A prestação dos serviços referidos anteriormente contempla, seleção, contratação e montagem de equipamentos, designadamente, palcos, som e luz.

Mas na Verdade o sistema de som e de luz falhou em algumas situações, o que não é aceitável num evento desta envergadura, um evento que pretende alavancar o Concelho.

Claramente os serviços não foram cumpridos pelo adjudicatário, uma vez que não providenciou em termos de som e de energia, assim como estruturas de apoio ao Evento, que foi projetado para 35.000 (três mil e quinhentos) festivaleiros.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É ainda referido que se acautela a reparação de redes de rega, reposição de postos de iluminação e reposição de mobiliário urbano, eventualmente danificado (...) e a realização de um relatório detalhado referente a vistoria antes e depois do evento.

Questiono

a) como se pode ter acesso ao relatório referente às vistorias?

b) que danos ocorreram no material?

c) já foi efetivada a reparação dos danos?

Encontrou a Câmara Municipal de Almada algum incumprimento por parte do promotor do evento?

Se sim, foram cumpridas as penalizações descritas no caderno de encargos?

Quanto à resposta ao requerimento do Partido CHEGA:

Diz concretamente que o efetivo da segurança presente no Festival foi de 140 (cento e quarenta) elementos da GNR.

Questionamos: se o número é diário ou é totalidade para os 5 (cinco) dias do evento?

Quanto ao estacionamento, claramente o planeamento foi deficitário, pois havia veículos automóveis estacionados em frente a garagens de moradias, em hortas particulares, em cima dos passeios e em plena IC20, o que impossibilitou o acesso de várias viaturas de habitantes da zona.

Sem dúvida, que consideramos que O Sol da Caparica poderá ser uma mais valia para o Concelho e para as Freguesias, mas para isso é necessário melhorar as infraestruturas locais de estacionamento, de acesso, transportes públicos, não só para o evento, mas para toda a população em geral. O impacto negativo do Festival na população tem que ser mitigado. Os moradores da Costa da Caparica merecem o respeito deste executivo.

O Sol ficou tapado com uma chuva de reclamações e com as nuvens da má gestão.”

6.6.2.3 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não me vou pronunciar sobre a dissertação que a Senhora Presidente da Câmara municipal fez aqui na apresentação da Atividade Municipal porque ainda estou meio abalado com a emoção que me causou.

Mas, de todas as formas vou aproveitar este momento para colocar aqui algumas questões que consideramos de extrema importância.

Vemo-nos obrigados lamentavelmente, a trazer mais uma vez à Sessão da Assembleia Municipal a questão sobre a tarifa social da água.

É verdade, Senhora Presidente, é de facto lamentável, que tenhamos uma vez mais, e fizemo-lo de forma reiterada quer em Sessões de Assembleia Municipal, quer em reuniões de Câmara, lembrar os governantes desta Autarquia, que foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia Municipal em sessão realizada no dia 25 de junho de 2020, a moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, para atribuição da tarifa social da água.

E já agora, é importante reavivar a memória daqueles a quem foi atribuída a responsabilidade de gerir esta Autarquia, que a nossa proposta foi apresentada, e dissemo-lo na altura, tendo em conta o considerável aumento do número de famílias em situação de carência social e económica, provocada ou agravada pela crise pandémica que vivenciamos desde março de 2020.

Ora, levando em conta o considerável número de famílias carenciadas, residentes no Concelho de Almada e com dificuldades acrescidas como consequência da crise pandémica para o cumprimento de pagamento de despesa fixas, entre elas o pagamento da fatura da água, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, considerou relevante



e urgente a apresentação de uma proposta que vinculasse a Assembleia Municipal a propor ao executivo camarário de Almada, uma deliberação com vista a tornar a tarifa social da água automática, através dos mecanismos previstos para o efeito.

Ora, decorridos um ano e dois meses sensivelmente após a apresentação, votação e aprovação por unanimidade, e o que significa, portanto, a concordância dos partidos que fazem parte deste executivo, da importância e dos benefícios desta medida para as famílias mais carenciadas, é importante que nos expliquem de forma a que todos possamos compreender, o porquê da não implementação até à data da tarifa social da água proposta pelo Bloco de Esquerda, e consequentemente uma outra pergunta que se impõe, é para quando a sua concretização?”

Mas há um outro tema de extrema importância sobre o qual já foi falado ontem, foi falado hoje, mas que nós teremos inevitavelmente que abordar nesta Assembleia Municipal, que diz respeito ao realojamento de algumas famílias do Bairro do 2º Torrão. Com caráter de urgência despoletado pelo relatório elaborado pelos técnicos da Proteção Civil.

E para um melhor esclarecimento de todas e todos os almadenses, começaria por um brevíssimo histórico de todo este processo.

Como consequência do relatório que aqui referi foram, sinalizadas numa fase inicial 66 (sessenta e seis) construções em risco por se encontrarem a dez metros ou menos desta vala de escoamento de águas pluviais. Sendo que, a este número de construções corresponde um conjunto de 44 (quarenta e quatro) agregados familiares, num total de 189 (cento e oitenta e nove) pessoas,

Em 5 de agosto, foram sinalizadas para além das 66 (sessenta e seis) anteriormente referidas, mais 19 (dezanove) construções, que corresponde a um número de mais 14 (catorze) agregados familiares num total de 80 (oitenta) pessoas. Estes são os números que disponho, se eventualmente não estou a dizer com rigor, peço que me corrijam.

Falamos, portanto, feitas as contas de um conjunto 85 (oitenta e cinco) construções onde residem 58 (cinquenta e oito) agregados familiares num total de 260 (duzentas e sessenta) pessoas e falamos naturalmente de adultos e crianças.

Estas famílias, estas pessoas, foram convocadas para reuniões com responsáveis e técnicos da Câmara Municipal de Almada, onde lhes foi comunicado que teriam que abandonar as suas casas até ao dia 30 de setembro, por se encontrarem próximo ou em cima da vala, portanto, em situação de perigo.

Dizer ainda, que esta comunicação foi formalizada por carta enviada a todos estes agregados.

Feito este breve introito, estaremos seguramente todos de acordo que este é um processo extremamente complexo e com consequências dramáticas para todas estas famílias. É verdade que todo este processo desde o seu início, tem sido largamente debatido, também é verdade, e ela tem que ser dita, que o Senhor Vereador Filipe Pacheco, responsável pelo pelouro da Habitação tem mostrado sempre disponibilidade para prestar esclarecimentos aos Deputados Municipais sempre que solicitados.

Bom, mas o facto, a realidade é que, e tive oportunidade de dizê-lo ao Senhor Vereador em reunião de comissão, apesar de toda esta sua boa vontade, para nos esclarecer subsistem muitas dúvidas.

E como é evidente, quando as dúvidas subsistem, há questões que são inevitavelmente suscitadas, e é exatamente sobre isso que queremos falar hoje nesta Assembleia Municipal.

Sobre questões que ainda não foram explicadas, ou se o foram, foram mal explicadas, mas começemos, o levantamento que dá origem ou que serve de base para o apuramento de quem deve ou não ser contemplado para este realojamento data de 2020. Entretanto, alguns dos moradores que residiam em habitações localizadas nesta zona da vala estando, portanto também em situação de risco, e mais, estando devidamente documentados e comprovando que já residiam à data do referido levantamento não foram incluídas. É realmente muito difícil de perceber, a exclusão, a não sinalização destas pessoas para realojamento nesta 1ª fase e isto é claramente revelador da forma atabalhoada como este processo tem sido conduzido, ou pelo menos a forma como foi iniciado. E um outro bom exemplo disso, são os testemunhos de moradores deste Bairro que ontem intervieram nesta Assembleia Municipal. Mais, dizer às pessoas que seriam excluídas deste processo de realojamento por dívidas à Autoridade Tributária ou à Segurança Social parece-nos absolutamente absurdo. Estamos a falar de pessoas, de famílias muito carenciadas, com poucos recursos e que se veem obrigadas numa forma inesperada a realojamento de emergência, pelo facto das suas casas se situarem em



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

cima, ou muito próximas da estrutura em risco de desabamento. Dizer isto a estas pessoas é disparatado, é uma insensatez.

Outra questão que queremos colocar, é sobre a situação de duas grávidas que se tudo correr dentro da normalidade, irão ser mães em outubro e novembro, e que vivem neste momento num estado de tremenda ansiedade por não terem até à data qualquer informação sobre o local onde irão ser realojadas, para além disso, a dúvida sobre a tipologia de casa que lhes será atribuída, uma vez que as regras vigentes, não lhes dão o direito de mais um quarto na habitação onde esperam e anseiam ser realojadas.

E esta realidade por si só já profundamente dramática é agravada pelo facto de uma destas mulheres estar numa situação de gravidez documentada de risco, e que por esse motivo está já internada no Garcia de Horta, atormentada por um impacto emocional extremamente aflitivo, provocado como é evidente por esta situação de grande incerteza. Está prestes a ser mãe, sabe que por esta situação de emergência não pode voltar para a casa onde residia até agora, mas não sabe para onde vai. Os senhores têm que resolver esta situação, porque esta é também uma responsabilidade vossa.

E existe muito pouca clareza, sobre quem recai a responsabilidade de encontrar casa, e não está devidamente esclarecido que tipo de apoios lhes serão dados para o arrendamento.

E depois ainda temos esta fórmula, entre tipologia, metro quadrado e preço de arrendamento, requisitos que convenhamos torna praticamente impossível encontrar casas no Concelho de Almada. Temos inclusive a informação de pessoas que quando receberam o aviso procuraram e conseguiram encontrar casa com os requisitos exigidos no mercado de arrendamento, e não conseguiram, pelo menos atempadamente, esclarecimentos sobre a elaboração destes contratos, cauções, fiadores, etc. E até à data o que é temos? Uma família realojada, algumas das famílias em processo de subarrendamento pela Câmara Municipal de Almada, que ainda não sabemos sequer quando irá acontecer.

O que sabemos é que nenhuma destas famílias, conseguiu por si própria encontrar soluções ao abrigo do programa do IHRU, que são confrontadas com a obrigatoriedade de abandonar as suas casas até ao dia 30 de setembro, sem informações em concreto sobre onde serão realojadas, e não estamos aqui a inventar nada. Todos os factos que aqui mencionamos foram relatados à Vereadora e aos Deputados Municipais do Bloco de Esquerda, que têm acompanhado no terreno todo este processo desde o seu início junto das famílias no 2º Torrão.

Estas pessoas também nos dizem, que a resposta das técnicas da Câmara Municipal quando questionadas sobre o que irá acontecer se não encontrarem dentro do prazo exigido alternativa para habitação no mercado de arrendamento ao abrigo da “Porta de Entrada”, e a resposta que lhes é dada é que a alternativa seria serem colocadas num pavilhão, afirmação aliás, proferida também pela Senhora Presidente Inês de Medeiros na reunião realizada no dia 5 de agosto na Trafaria, e curiosamente refutada pela Senhora Secretária do Estado.

Termino dizendo que acreditamos que este executivo, todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as, todos/as os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, têm vontade de que esta situação se resolva de uma forma digna para todos, e a responsabilidade de resolver esta situação cabe ao Poder Central, sabemos que a Câmara Municipal não tem casas para realojar estas pessoas, mas tem a responsabilidade de pressionar os governantes deste país, com a enorme vantagem de pertencer à mesma força política que resolvam esta situação.”

6.6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este Relatório da Atividade Municipal, é um Relatório amplo e preenchido, que aborda diversas áreas de intervenção no Município de grande relevo e que revela a ação enérgica e premente deste executivo.

Na vertente da educação, importa destacar aquela que é a preocupação com a preparação atempada do ano letivo que agora inicia, designadamente com os apoios aos mais novos, como a aquisição de materiais escolares para o 1º e 2º ciclo (escalão A e B) ou a melhoria da rede de acesso à internet nas Escolas Básicas do 1º ciclo;

Na cultura, felicitamos a enorme diversidade de oferta cultural, com uma preocupação clara para chegar a todos os públicos, de um modo eclético e que mais uma vez coloca o nosso município no mapa da cultura nacional. Em particular, salientamos o “Está tudo em Festa”, que levou a cultura a todas as Freguesias do Concelho, a



todas sem exceção; o Festival dos Capuchos, que se afirma, cada vez mais, como um importante Festival que pretende levar a cultura erudita a mais públicos; o Sol da Caparica, que conseguiu, uma vez mais, atrair grandes nomes da música de língua portuguesa; o 39º Festival Internacional de Teatro, sem dúvida o mais importante Festival de Teatro no país. Este Executivo valoriza o património cultural, como é exemplo a conservação e o restauro do monumento ao Associativismo Popular, no Feijó, junto ao Complexo Municipal dos Desportos de Almada e que será brevemente devolvido aos munícipes e que valoriza o grande papel do associativismo em Almada.

Na mobilidade e transportes, salientamos aqui e é importante dizer-lo, a enorme preocupação deste executivo em convocar para o diálogo e para a concertação, ouvindo a população para conseguir melhorar a oferta da Carris Metropolitana. Aliás, esta é uma marca do Partido Socialista, como também hoje aqui com a Escola Maria Rosa Colaço, por exemplo, o executivo ouviu, soube escutar anteriormente a Direção da Escola e a Associação de Pais, e agora saberá ouvir estes munícipes, mães e pais que precisam deste serviço essencial, e o transporte escolar será reposto, marca identitária do PS, o saber ouvir para decidir, como é exemplo a política do Orçamento Participativo Municipal, que outros partidos sempre se mostraram serem contra. Foi então um enorme momento de dar verdadeiramente a palavra aos munícipes e arregaçar as mangas em prole da melhoria da oferta, em sessões que decorreram em todas as Freguesias do Concelho de Almada conjuntamente com as Juntas de Freguesia e com os responsáveis da Administração da Empresa Carris. Porque este Executivo não entra em demagogias e simples apontares de culpa, este Executivo pretende resolver e resolve verdadeiramente os problemas dos almadenses! A área dos transportes públicos é, como todos sabemos, uma área importante de ação e que queremos todos que ofereça uma cada vez melhor resposta aos almadenses.

Também se deram passos firmes naquilo que é uma batalha muito importante, a construção da Loja do Cidadão, é muito importante concretizar este desígnio para todos os almadenses.

No desporto, destaque para o Programa Municipal "Almada em Forma", um programa que integra atualmente 22 (vinte e dois) parceiros, com Caminhadas, Passeios BTT, iniciação à Canoagem, Equitação, aulas de Yoga, Zumba, Chi-Kung Terapêutico, Pilates, Hip Hop, entre outros, em diversos locais ao ar livre do Concelho de Almada, esta ação no desporto, permite assim aos almadenses experimentar diversas atividades e conhecer as várias escolas e associações do Concelho.

Mas também na natureza e agricultura, salientamos aqui o projeto, o avanço da criação do Agroparque das Terras da Costa, estamos a desbravar terreno neste sentido e a Área Metropolitana de Lisboa também está a aprender com o nosso Município.

No reconhecimento daqueles que fazem o município de Almada, todos os dias, ser melhor e mais seguro. Este Executivo homenageou os trabalhadores da Câmara Municipal de Almada com 25 anos de serviço, mas também assinalou o dia Municipal do Bombeiro, reconhecendo estes importantes homens e mulheres, soldados da paz, com a atribuição de medalhas de condecoração.

Almada território de muitos! Onde todos contam, são ouvidos, participam e têm oportunidade de ajudar a melhorar este lindo Concelho! Almada continua e continuará a avançar!"

6.6.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Luis Durão (PSD):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na sequência da mais recente edição do festival "O Sol da Caparica", o PSD não quer deixar de manifestar a sua posição sobre vários aspetos.

Começamos, precisamente, pelas várias críticas apontadas por espetadores e intervenientes neste festival. Sabemos que está, de momento, a ter lugar uma avaliação por parte da Câmara Municipal sobre a forma como decorreu o evento, focada, especialmente, nessas críticas.

Existem situações graves que, a confirmarem-se, não podem deixar de merecer a nossa ação uma vez que são um desrespeito para com o público do festival e a própria marca "O Sol da Caparica" que é um ativo do Município e que deve ser defendido pelos seus órgãos autárquicos.

Estamos a falar, por exemplo, de situações como:



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- Abertura das portas muito depois da hora marcada;
- Falta de cuidados com o acesso de espetadores com mobilidade reduzida;
- Falta de organização no controlo de entradas, que levou a um desperdício inaceitável de comida que alguns espetadores levaram, cumprindo as regras;
- Diversas falhas no cumprimento do alinhamento dos espetáculos;
- Reclamações públicas de vários artistas, incluindo falhas de segurança de um palco;
- Falhas na limpeza e insuficiência de caixotes do lixo e de WC;
- Falta de controlo e organização no estacionamento em vários pontos da Costa da Caparica.

Independentemente de se vir a apurar que há uma maior ou menor justiça nestas críticas, não podemos esquecer o dano que as mesmas já fizeram à imagem pública do evento.

Assim, o PSD sugere que o Executivo faça uma análise à prestação do atual promotor do evento (o Grupo Chiado) nomeadamente no que diz respeito ao tratamento que está a ser dado à marca “O Sol da Caparica” e que parece não ter sido defendida na gestão pública que fizeram destas críticas.

Não defendemos que o festival volte totalmente para a alçada da Câmara Municipal de Almada, como aconteceu no passado, devido aos maus resultados, mas compreendemos que a Câmara Municipal tem o dever de se envolver na resolução destes problemas e na defesa da marca e da imagem do Concelho.

Assim, numa perspetiva de futuro e, com a informação que venha a ser apurada, achamos fundamental que, desde já, comecem a ser planeadas melhorias que deverão ser implementadas já na edição de 2023 (esperando, naturalmente, que o Grupo Chiado seja sensível a esta necessidade) e não deixando de as incluir no Caderno de Encargos de um novo procedimento a lançar logo que possível.

Entre essas melhorias, não poderemos deixar de dar atenção às seguintes:

- Reposição das condições e valências do Jardim Urbano, espaço onde se realiza o festival e que, naturalmente sofre com a sua utilização;
- Neste âmbito, deverá ainda ser verificada a possibilidade de reduzir o tempo em que o espaço fica vedado à população e visitantes;
- Ainda sobre o espaço, achamos que deverão ser avaliadas outras alternativas onde possa ser realizado o festival;
- Melhoria das condições de acesso, mobilidade e estacionamento na Costa da Caparica, quer para os espetadores do festival, quer, obviamente, para os habitantes da Costa de Caparica;
- Os Parques de Estacionamento deverão ser tratados e anunciados atempadamente;
- Reforço dos transportes públicos durante o período do Festival;
- Reforço Policial em toda a cidade da Costa de Caparica;
- Reforço da limpeza permanente tanto no interior como no exterior do recinto; Não esquecendo o grande esforço efetuado pelos trabalhadores da Higiene Urbana e Parques Urbanos antes, durante e após o festival.
- Cumprimento escrupuloso dos horários e alinhamento, bem como das regras estabelecidas, por parte do promotor;
- Disponibilização de uma parte dos lucros deste evento para que sejam reinvestidos em melhorias a concretizar na Costa de Caparica, algo que deverá ser garantido junto do Promotor.



No fundo, tanto a CMA como o Grupo Chiado (ou qualquer outro promotor que venha organizar este evento) terão de ter em atenção tudo aquilo que falhou em 2022, para que em 2023 tenhamos um evento ao nível que a Costa de Caparica, Almada e os Almadenses merecem.”

6.6.2.6 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Cristina Chaiça (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como todos sabem sou Presidente de Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, e não podia deixar passar em branco, todos os comentários que vamos ouvindo lá atrás, todas as vossas intervenções sobre o 2º Torrão. E sendo eu agora Presidente de Junta e tendo o processo que está há muito tempo e estamos a falar de muitos anos atrás em cima da mesa, há uma coisa que eu tenho aqui de referir. A Vala está lá há muitos anos, este problema não é de agora, este problema vem pelo menos há 23 (vinte e três) anos para ser resolvido. Já passaram vários Presidentes de outra força política, nada foi resolvido. A minha antecessora não tem um email sobre este problema do 2º Torrão pela própria Câmara Municipal CDU, durante 40 (quarenta) anos que lá esteve. E agora vem aqui pedir justificações, aquilo que eu venho vos pedir a todos e a todos mesmo, é que se deixem de politiquices, deixem de pedir coisas, relatórios, façam política social, isto é que é. É muito giro estarmos agora na bancada a rir, porque não sentimos aquilo que sentimos. Eu gostava de saber os vossos sentimentos todos no dia em que houve a tempestade, há uma semana atrás. Eu sei qual foi o sentimento, sabem porquê? Porque eu não dormi, nem eu, nem Bombeiros, nem Proteção Civil, nem nenhuma Associação daquele Bairro, porque aqui só gostamos de fazer show off, queremos relatórios, queremos isto e temos que fazer todos. Quando dizem que a obrigação é do executivo da Câmara Municipal, pode o ser, mas é de todos nós. Sabem porquê? Fomos eleitos pela população para defendermos os interesses da população. Quem me conhece sabe que eu não ando aqui há dois dias, já há muitos anos ando aqui e já ouvi esta história, de termos de nos ajudar muito uns aos outros no tempo da outra senhora, mas dentro dessa senhora não pensavam que vinham mudar ao fim de tantos anos e agora estão a criticar aquilo que não fizeram durante quarenta anos. Estamos a ter um problema da Vala que já podia ter sido resolvido há muitos anos e neste momento estamos a criticar e não há soluções, nós precisamos de soluções em cima da mesa, ajudem-nos a ter soluções, sabem que estamos com um grande problema derivado ao PDM – Plano Diretor Municipal, não houve revisão há quinze (15) anos atrás, senão hoje tínhamos fogos para aquela gente toda, desculpe Senhor Presidente, mas quem não se sente não é boa gente e estou cá para defender a minha população.”

6.6.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Todo o processo de operacionalização da rede de transporte rodoviário no concelho de Almada tem, desde o seu início, provocado imensa insatisfação por parte das populações, o que resultou em diversas intervenções nesta Assembleia Municipal e, por pressão de alguns grupos com assento neste órgão, desencadeou a realização de cinco sessões públicas para auscultação das populações para aferir as necessárias correções das carreiras e ajuste dos horários.

Com a entrada em vigor, no dia 13 de setembro, dos chamados “horários escolares”, admitindo que ainda possa ser precipitada alguma avaliação, não deixamos, por um lado, de verificar melhorias em algumas carreiras e horários, correspondendo ao proposto pelas populações; mas também não podemos deixar de assinalar as nossas preocupações quanto às lacunas no serviço prestado pela TST: se há ainda “franjas” onde se regista a ausência de paragem dos autocarros para a tomada e largada de passageiros, continua a haver esta ausência, noutras zonas persiste a não aplicação do reforço de frequência e consequente cumprimento das novas carreiras anunciadas.

Se juntarmos a isto a falta de informação física nas paragens, estamos perante um cenário ainda longe do pretendido na acessibilidade e mobilidade que o transporte público rodoviário deve prestar.

Quando se anunciaram os reforços de 228 (duzentas e vinte e oito) ligações, mais 280 (duzentas e oitenta) alterações de carreiras, reconversão e reposição de outras, só é demonstrativo que o “trabalho de casa” na sua



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

fase inicial, foi mal feito, alguém nos andou a enganar e há qualquer coisa que não bate certo nas explicações que nos foram dando. O que bate certo, e já todos percebemos, é que o planeamento do Município para a rede de transporte rodoviário para o concelho de Almada, adicionado à incapacidade de cumprimento da TST não está a servir as populações que necessitam que estes problemas se resolvam de uma vez por todas.

A contratação de motoristas é outros dos aspetos que deveria ter sido provisionado atempadamente para a operacionalização da rede e continua a ver um horizonte longínquo para a sua solução.

Talvez, por um conjunto de razões já identificadas e aqui mencionadas, continuam os deputados da 6.ª Comissão desta Assembleia Municipal sem serem recebidos pela TST, mesmo após sucessivas solicitações para reunir.

Podíamos reportar mais preocupações, mas atente-se, por agora, só a título de exemplo, os relatos que nos chegam em relação ao percurso do Bus Saúde.

Os pressupostos iniciais do Bus Saúde, sem paragens marcadas e com um percurso que abrangia não só a passagem pelos serviços de saúde e outros de proximidade (farmácias, clínicas de fisioterapia, entre outros), desapareceram da forma como os utentes tinham acesso ao mesmo. Neste momento existem paragens obrigatórias o que desvirtua a sua criação, ou o sentido da sua criação, diminuindo o acesso de pessoas com mobilidade reduzida e, por incrível que pareça, passa ao Centro de Saúde de Almada (que serve 60 mil utentes) e só para a uma distância significativa da entrada do equipamento de saúde.

A rede de transporte rodoviário no Concelho de Almada é fundamental. Não se trata de uma oportunidade para fazer melhor. É antes cumprir um direito das populações, cabendo os órgãos competentes e à empresa prestadora do serviço assumir e corresponder com eficácia à sua concretização.”

6.6.2.8 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, na sua intervenção inicial, apresentou aqui alguns pontos que foram o trabalho da Câmara Municipal neste últimos 3 (três) nomeadamente, a Carris Metropolitana, e ficamos aqui com a ideia e ficam lá em casa com a ideia, que a Câmara Municipal não teve qualquer responsabilidade sobre esta implementação nomeadamente, com os problemas causados desde o dia 1. Portanto, lamento dizer Senhora Presidente da Câmara Municipal, mas não é verdade. A Câmara Municipal desde o início é corresponsável por este projeto com os outros promotores. Portanto, não podemos andar durante um ano e meio a apelar e tirar dividendos daquilo que era o projeto e daquilo que é o projeto da Carris Metropolitana e depois quando as coisas correm mal aí não temos nada a ver com isso, a culpa é dos outros. Lamento Senhora Presidente, mas não pactuamos com essa postura.

Depois também dizer muito rapidamente aquilo que foi dito aqui pelo Senhor Deputado Municipal do PS que, a Câmara Municipal escutou e reuniu com os munícipes. É verdade e ainda bem que escutou, mas devia ter escutado era antes sobretudo, porque é antes dos problemas acontecerem que é sim feito o planeamento devido para que não ocorram problemas

A questão que me traz aqui, é relativamente a uma questão que o CDS-PP tem trazido constantemente e constantemente porque não está resolvido. Sabemos que não depende diretamente da autarquia, mas Senhora Presidente, tem e deverá ter a capacidade, pelo menos de mover a sua influencia que aliás, todos os Presidentes de Câmara devem ter essa capacidade, aliás, foi pedido pelo Sindicato das Polícias, e pergunto desde já daqui, se a Câmara Municipal de Almada também recebeu ou não a carta do Sindicato da PSP relativamente aquilo que os Presidentes de Câmara podem também fazer para ajudar a colmatar a insegurança e a segurança e aquilo que é preciso fazer nas forças de segurança. Eu devo lembrar Senhora Presidente que, continuamos aqui em Almada e já de há alguns anos para cá, como o Concelho com índice de maior criminalidade registada e participada.



Infelizmente, temos assistido na Comunicação Social e também relatos, porque ouvimos as pessoas e nomeadamente ouvimos os comerciantes, de situações graves que acontecem e têm acontecido no nosso Concelho. Eu não vou estar aqui a particularizar, mas devo lembrar Senhora Presidente, o cenário que a Senhora Presidente fez aqui no início da sua intervenção, que todos nós queremos, que Almada seja um Concelho desenvolvido, que seja um Concelho que consiga atrair pessoas, consiga atrair investimento, mas também deixe-me lhe dizer Senhora Presidente, enquanto não tivermos segurança, enquanto as forças policiais não tiverem aquilo que é merecido, que é a sua dignidade, e tiverem instrumentos para que possam combater a criminalidade, a Senhora Presidente pode ter a certeza que essa cidade maravilha que todos nós queremos nunca irá existir. Continua a existir um grande sentimento de insegurança no Centro de Almada nomeadamente, como noutros sítios do Concelho e existem pessoas que ficam sitiadas em casa porque têm medo de sair à rua a determinadas horas do dia. Existem comerciantes que têm que fechar as lojas mais cedo porque não se sentem seguros neste Concelho. Portanto Senhora Presidente, aquilo que questiono além daquela questão que eu já fiz, se a Senhora Presidente tem reunido com as forças de segurança, se tem reunido que conclusões é que têm sido tiradas, que conclusões têm extraído do Conselho Municipal de Segurança? Também relativamente aquele Quartel tão esperado que as forças de segurança tanto almejam, e também a população, que é a segurança para a Caparica nomeadamente com a construção do novo quartel. E já agora a saída da GNR do Castelo de Almada.

São estas as preocupações que o CDS-PP vem mais uma vez aqui passar a voz daqueles que são os verdadeiros responsáveis, as populações, mas também as forças de segurança que continuam sistematicamente a queixarem-se e a reivindicarem aquilo que tem direito. Aliás, ainda hoje foi enviada por parte do Sindicato da PSP, uma série de perguntas ao Senhor Ministro da Administração Interna e, portanto, como vê não é o CDS-PP que vem aqui falar e dizer mal, não! Vem aqui ser a voz das pessoas e ser a voz daqueles que necessitam.”

6.6.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, começou bem a sua intervenção com contextualização, mas depois ficamos por aí. E pensamos que é muito importante que, o Município e naturalmente a Câmara Municipal, faça uma reflexão sobre quais vão ser os impactos na vida municipal e em particular na vida das populações, do contexto socioeconómico que, estamos a viver e que se perspetiva. Porque o Senhor Vereador acabou por avançar um número em relação aos custos da energia relativos a este ano, dos 2.000.000.00€ (dois milhões de euros) para 8.000.000.00€ (oito milhões de euros). Avançou com a eventual mexida na tarifa da água, se percebi bem, e hoje um semanário conhecido de todos, avançava que nos próximos 18 (dezoito) meses, os custos da habitação subirão cerca de 60%, 59%. Portanto, estamos a discutir problemas emergentes. Naturalmente, a emergência do 2º Torção, dos transportes, dos transportes escolares, do início do ano escolar e outras questões que aqui foram colocadas, onde as questões da saúde têm toda a sua importância o caso do realojamento até 30 de setembro é uma grande emergência, mas pensamos que é necessário que o Município e a Câmara Municipal reflitam sobre estas questões e encontrem respostas que lhe possam encarar com robustez ou com a robustez possível aquela situação que se avizinha e proteger os nossos municípios.

Isto já aconteceu noutras ocasiões, ou foi programas de emergência para que fomos solicitados em Almada, noutros momentos difíceis, e na medida das nossas possibilidades procurarmos dar respostas. Como sabe, também naquilo que foi até uma situação mais próxima, os impactos da pandemia. E no fundo é isso que a CDU solicita e apela, é que a Câmara Municipal e Assembleia Municipal, encontrem espaço para que se promovam as medidas necessárias à defesa do interesse do Município e sobretudo à defesa dos interesses das populações protegendo-as o melhor possível para a situação que se avizinha. E esta é também, uma emergência, Senhora Presidente, caros/as Deputados/as Municipais, Senhores/as Vereadores/as.”

6.6.2.10 – O Senhor Deputado Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Relativamente ao 2º Torrão, muito já se falou e se tem falado nos últimos meses e na verdade o desejável era que toda esta atenção dada ao Bairro tivesse acontecido durante os 40 (quarenta) anos da sua existência, porque se assim fosse, não estaríamos aqui hoje numa situação de urgência que se tornará emergência muito em breve.

Eu acho que a todos nos inquieta que existam bairros degradados no nosso Município e deve nos inquietar, porque senão acho que não seríamos políticos, porque os políticos existem exatamente para dar voz à população, para trazer as suas preocupações aqui, sejamos de que força sejamos, acho que esta tem de ser uma prioridade de todos, dar casas e dar condições às pessoas para terem uma casa, porque sem casa, eu acho que tudo o resto não funciona, e não são só os bairros degradados são também as roulotte, nós vemos cada vez mais pessoas a viverem em roulotte e não é uma situação que acontece porque as pessoas estão ali hoje e amanhã vão para outro lado, já é uma residência permanente, as pessoas têm a sua roulotte, estendem a roupa cá fora e têm o seu cão na sua casinha acorrentado. Ora, isto não pode acontecer num Município como Almada e esta tem de ser uma prioridade de todos e temos todos que estar unidos para encontrarmos as melhores soluções.

Passando a outras áreas.

No que diz respeito à área do bem-estar animal, tenho que começar naturalmente, por saudar a abertura do Centro de Recolha Oficial aos voluntários, esta foi uma luta de muitos anos do PAN e de várias outras pessoas, e nunca entenderam porque não permitiam voluntários naquele espaço. Eu tive a oportunidade de ir como voluntária numa quarta-feira que é o único dia que está aberto, e vi por mim própria que todas as razões utilizadas anteriormente, para impedir que esta iniciativa avançasse, não tinham fundamento e eram apenas desculpas para que aquele espaço se mantivesse fechado e longe da população, onde os animais passavam anos e anos fechados em pequenos espaços de cimento, muitos ali morreram sem qualquer oportunidade de serem adotados. Hoje isso mudou.

Em relação à própria gestão do Serviço Veterinário Municipal, reconhecemos também o aumento das adoções, mas lamentamos que as denúncias que fazemos chegar regularmente continuem sem resposta. Consideramos essa falta de resposta bastante grave, já mostramos o nosso desagrado por diversas vezes e de diversas formas, não apenas pelo ato em si, mas sobretudo porque não existe conhecimento da nossa parte se os animais estiveram ou não a assistência necessária e requerida por vezes em situações graves.

A fiscalização como também já foi falada com a Câmara Municipal e com os responsáveis, não cabe apenas às autoridades, os veterinários municipais e os serviços têm responsabilidade nesta matéria, podem e devem averiguar as denúncias solicitando quando necessário a presença das forças policiais.

No que diz respeito aos números apresentados de esterilizações e profilaxia, os números são sempre apresentados de forma absoluta e há bastante tempo que o PAN sugere que os mesmos deveriam ser apresentados de forma mais detalhada por uma questão de transparência. Ou seja, identificando a proveniência dos animais que foram intervencionados, as colónias a que pertencem e as associações que os enviaram para o serviço.

Finalmente, gostaria ainda de salientar a assinatura do protocolo do “Prato Sustentável” entre a Câmara Municipal de Almada e a Associação Vegetariana Portuguesa. Um programa de incentivo a hábitos alimentares sustentáveis em idade escolar visando estimular o aumento de consumo de legumes e leguminosas dos mais jovens. No fundo, uma vez por semana, as escolas que aderirem a esta iniciativa terão esta opção disponível para todos os alunos que serão incentivados a experimentar. Também tive a oportunidade de ver a última reunião de Câmara, e vi que houve alguma discussão em torno deste protocolo e se seria ou não obrigatório a todos os alunos que comessem o prato vegetariano uma vez por semana. Já se viu que não é obrigatório, mas gostaria apenas de deixar uma nota para quem se indigna com a possibilidade dessa obrigatoriedade. Eu nunca gostei de comer animais, mas era obrigada, enquanto frequentei a Escola Primária era obrigada a comer a refeição que a escola servia, um prato de carne ou um prato de peixe, mesmo contrariada, todos os dias e não



apenas um dia por semana. Nessa altura infelizmente, não houve nenhuma força política que se indignasse e me viesse salvar de eu ter de comer animais. Só tive a liberdade de me tornar vegetariana depois de adulta porque até lá todas as refeições me foram impostas. São várias as instituições de ensino que já começaram a reduzir ou a eliminar a carne do seu menu. Cambridge, Oxford, Coimbra e por aí fora. A própria Organização Mundial de Saúde recomenda que os governos incentivem o consumo de alimentos de origem vegetal, disponibilizando mais opções a instituições públicas dado os seus benefícios para a saúde e para o ambiente.

Dito isto, obviamente que saudamos a medida e esperamos que seja o primeiro passo para a mudança de hábitos que é necessário começar a implementar. Não é obrigatório, mas se fosse, apenas estaria a contribuir para a saúde das crianças e do ambiente.”

6.6.2.11 – O Senhor Deputado Municipal Henrique Alexandre Margarido (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho aqui manifestar o meu apreço pela preocupação de algumas pessoas que agora é que viram o 2º Torrão. Eu lembro-me que em 2007, passei a ter responsabilidades, porque sou uma pessoa que apoia as pessoas mesmo, como todos vocês sabem, eu sou dirigente mesário administrador da Santa Casa da Misericórdia, e através do CLASA eu tenho acompanhado. E que eu me lembre em 2007 já existia o 2º Torrão. Não apareceu agora, já lá estava. E as preocupações eram curtas, a Presidente de Junta, ninguém se preocupava com aquilo. Por vezes até tentavam que não existisse o CLASA para fazer um acompanhamento devido às famílias. Portanto, não se preocupavam. A Senhora Presidente na altura como nós sabemos, não vale a pena estar a referir essa força política, porque essa força política como a gente sabe sempre se preocupou com as pessoas, nomeadamente perseguir os opositores. Portanto, são formas de estar que eu percebo, mas enfim, faz parte da vida.

A vida a mim trouxe-me algumas dificuldades que eu lutei para obter um curso, com dificuldades. Conheci a CDU em julho de 1975, estive quase na altura a ser preso porque discordava da CDU e dos processos do PC, discordava, não tinha direito a opinião, é verdade, nessa altura quando precisei de trabalho fui para as obras, eu não me envergonho de ter ido, porque quando era necessário trabalhar e apoiar as pessoas eu estava presente, sempre ajudei as pessoas e continuo a ajudar. Felizmente, neste momento, toda a gente se preocupa com o 2º Torrão. Então vamos todos fazer com que, a Câmara Municipal também, possa ajudar de melhor forma, não é criticando, é fazer propostas concretas e claras.

Efetivamente, através do CLASA, sabemos quais são as preocupações daquelas famílias. A Câmara Municipal e eu posso confirmar isso, quer nas reuniões quer pela presença, o acompanhamento do Vereador Filipe Pacheco sempre esteve presente. Foi convocado para sobre este assunto, à 4ª Comissão esteve presente. Agora, esteve numa reunião que esclareceu tudo. Têm necessidade de vir para aqui fazer show off? Têm necessidade de vir para aqui dizer que são os bons? Então os anos anteriores? Isso não contava, não é preciso. É evidente que, ainda bem que toda a Assembleia Municipal neste momento está preocupada com o 2º Torrão. E ainda bem, que neste momento a Assembleia Municipal, nomeadamente a oposição deve ter soluções. Todos vieram aqui com o problema, eu pessoalmente estou convicto que o Senhor Vereador e a Câmara Municipal, irão resolver isto da melhor forma, irão arranjar condições para as pessoas viverem, de forma a que sejam de facto postas em causa o menos possível as suas vidas, obviamente. Há lá pessoas que nem sequer têm recibo de trabalho, são as circunstâncias da vida, mas a Câmara Municipal vai dar apoio a estas situações. As pessoas vão ter necessidade de nova habitação com outras condições. Está previsto a construção de 95 (noventa e cinco) habitações. Naturalmente vai demorar tempo, é necessário construir, fazer um projeto, arranjar empresas para construir e depois então poderem ser atribuídas habitações, é isso que é necessário. Só agora é que toda a gente sabe que é preciso para amanhã? Isto aqui não é nenhum milagre. É preciso haver um planeamento, construir e não permitir que as coisas se degradem mais do que já estão.

Eu estou convicto que a Câmara Municipal vai resolver isto e da melhor forma.”

6.6.2.12 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, ocorreu um incêndio na Costa da Caparica, e outro no Feijó que chegou bem perto das habitações.

1. Há quanto tempo não eram limpos os terrenos ardidos das 2 (duas) ocorrências.
2. Há falta de limpeza dos terrenos públicos e privados?
2. Por que razão estas áreas, agora ardidas, não estavam devidamente limpas, fazendo jus à legislação em vigor?
3. Como tem intervindo a Câmara Municipal de Almada quanto à notificação de privados e públicos a fim de estes fazerem a devida e necessária limpeza?
4. Os Fiscais da Câmara Municipal de Almada têm feito algo no âmbito da prevenção, notificando os privados e os eventuais serviços públicos detentores desses terrenos?
5. Da área ardida, alguma era da responsabilidade do Município?
6. Que ações estão previstas para que no próximo ano haja mais prevenção e notificação de privados e de algum detentor público de terrenos?

Relativamente a 2 (dois) requerimentos apresentados pelo CHEGA, de 16 de julho de 2022, com o título “Clube Náutico de Almada, que futuro?”, gostaria de saber em que fase se encontra este processo e que novidades é que nos pode dar sobre o futuro do Clube Naval, uma vez que dá ordem de transferência de local após ter sido prometido a este Clube que permaneceria ali por mais alguns anos?

Temos igualmente um requerimento sem resposta, submetido a 15 de junho sobre o assunto: “Transpraia, Transportes Recreativos”, ao qual não tivemos qualquer resposta. Assim gostaríamos de saber, como está a decorrer este assunto pertinente e de elevado interesse turístico e que faz parte integrante da história recente da Costa da Caparica. Será que nos pode dar a novidade de que, para o ano o Transpraia será uma novidade na nossa Costa da Caparica.”

6.6.2.13 – O Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De acordo com os dados distribuídos pela Câmara Municipal, no início de setembro a execução orçamental entre janeiro e final de agosto, era de 53,4% do lado da receita municipal e de 40% do lado da despesa.

Como sempre tem acontecido ao longo dos últimos cinco anos de gestão PS em Almada, se do lado das receitas e em particular das receitas correntes a evolução é bastante favorável graças à boa evolução das receitas fiscais, já do lado das despesas e em especial das despesas de investimento, uma vez mais orçamentou-se muito e executa-se muito pouco, com prejuízo para a nossa população e em especial para os milhares de almadenses que frequentam as nossas escolas, os nossos equipamentos culturais, desportivos e as nossas coletividades e ainda para os muitos milhares que dependem dos transportes públicos, para diariamente se deslocarem para os seus empregos e que viveram nos últimos meses o caos provocado por este executivo, na entrada em funcionamento no nosso Concelho da Carris Metropolitana de Transportes. Um caos que a primeira hora da sessão da Assembleia Municipal do dia 5 de julho passado, com as diferentes intervenções por parte da população, retrataram de forma clara. Vale a pena ver aquele vídeo e ver aquela hora, é uma coisa espantosa.

Voltando à execução orçamental e não sendo exaustivos, o PS orçamentou em investimento para o corrente ano, 49.400.000.00€ (quarenta e nove milhões e quatro centos mil euros) e pagou até ao início do corrente mês de setembro 13.300.000.00€ (treze milhões e trezentos mil euros), ou seja, o nível de execução passados 2/3 do ano foi de apenas 26,9%.



E, se temos este nível de execução é porque finalmente agora alguns dos investimentos que foram prometidos e orçamentados ao longo do mandato anterior, chegaram ao terreno enquanto outros se continuam a arrastar no plano plurianual de investimentos, sem que se veja qualquer luz ao fundo do túnel.

Preocupa-nos muito, nesta matéria o que se passa ao nível dos investimentos em habitação, fortemente dependente do Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), que tem um prazo de execução muito curto (até 2026) e, em que praticamente pouco ou nada tem sido feito. Repare-se que o montante previsto no orçamento atual para investimento em habitação no corrente ano é de 5.400.000.00€ (cinco milhões e quatrocentos mil euros) e executaram-se até agora apenas 534.000.00€ (quinhentos e trinta e quatro mil euros), 10% do que está orçamentado em investimento e habitação.

Almada corre hoje um sério risco, pela gritante incapacidade que tem vindo a ser demonstrada por este executivo municipal, de perder uma oportunidade única de resolver um dos maiores problemas que enfrentam os cidadãos residentes, em particular nas áreas metropolitanas, o problema da habitação.

Se todos sabemos que um dos grandes obstáculos que a maioria dos municípios enfrenta para a resolução deste problema, é a falta de terrenos a preços compatíveis com os limites definidos para a construção de habitação pública, Almada é dos poucos concelhos metropolitanos que não pode apresentar como desculpa esse argumento, pois terrenos públicos para esse fim aqui não faltam. Assim eles sejam disponibilizados e o mais cedo possível, hoje já pode ser tarde e amanhã de pouco vale essa disponibilização, dado que nessa altura se perdeu o acesso ao PRR.

Uma nota final em torno do orçamento e da sua execução, como se constata, ela é baixa, muito baixa em especial ao nível do investimento municipal, mas preparemo-nos desde já para daqui a dois meses termos o executivo municipal a vangloriar-se no momento de apresentação do orçamento municipal para 2023, de que esse será o maior orçamento municipal de sempre, à imagem do que fez nos anos anteriores.

A sua execução ficará muito aquém do prometido, tal como no corrente ano e anteriores com o PS na Câmara Municipal, mas como propaganda fica sempre bem, em especial entre os muitos milhares de cidadãos almadenses que acompanham a vida municipal de menos perto.

A nós compete-nos fazer a denúncia pública dessa enorme diferença, entre aquilo que se orçamenta e aquilo que se executa, não por mero exercício técnico, mas porque ela exprime muito bem o baixíssimo nível de execução dos compromissos assumidos anualmente com a nossa população, por parte desta Câmara Municipal de Almada nos últimos cinco anos.”

6.6.2.14 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu queria falar sobre duas questões e a primeira tem a ver com a Carris Metropolitana.

A CDU fez aqui uma apresentação e eu gostaria de dar aqui nota que, o Senhor Deputado Municipal Luís Palma, que é Presidente de Junta, esteve em algumas reuniões onde eu estiva com a Carris Metropolitana, e o próprio comunicado e aquilo que veio aqui expor, sabe perfeitamente as dificuldades que houve no arranque desta operação, estamos a falar da maior operação de sempre de transportes de passageiros em Portugal, não estamos a falar de uma alteração de rede, de um trajeto ou de uns horários, estamos a falar da maior alteração de sempre de transporte de passageiros em Portugal. Esta é a maior operação de sempre.

Houve problemas e quem acompanha isto de perto, sabe que não houve problemas só em Almada, houve problemas no Seixal, houve problemas em Sesimbra, basta ver o que o Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra, que é do seu partido, disse; basta ver o que é que o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal disse e também deve perguntar ao seu camarada Carlos Humberto, que é o Presidente da TML, porque é que isto também correu tão mal.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Vamos aqui colocar os pontos nos ii. Os transportes, todos sabemos, as dificuldades nesta fase inicial. Mas Almada e a Câmara Municipal de Almada, e eu sou testemunha disso porque tenho acompanhado, se nós conseguirmos e tenho a certeza que vai no bom caminho, colocar as propostas que têm sido construídas com as populações em marcha, vamos ter a melhor rede de transportes da Península de Setúbal. Almada daqui por uns meses, se conseguirmos concluir este projeto, vamos ter a melhor rede de transportes da Península de Setúbal. Portanto, a questão aqui é fácil, eu sei que é fácil, e eu também recebi muitos utentes e eu sei a aflição das pessoas para irem para o trabalho, porque as pessoas têm que trabalhar, terem que andar de UBER, terem de pagar táxis, e pessoas com ordenados mínimos, a ganharem 700.00€ (setecentos euros) e as dificuldades que têm. Todos percebemos isso. Agora, é fácil vir aqui fazer uma crítica à TML, à Carris Metropolitana, à Câmara Municipal de Almada, provavelmente também tem a sua responsabilidade, e aos TST que não estavam a cumprir um contrato que tinham ganho. Portanto, foi a TST, o Operador que ganhou o concurso público e não estava a cumprir. Não há motoristas. Não, não há motoristas, estão a recrutar.

A questão da plataforma da gestão diária dos horários, onde é que estão os autocarros? A que horas é que passa autocarro? Toda a parte digital que é possível com a plataforma a funcionar, qualquer pessoa com telemóvel percebe a que horas é que vai passar o autocarro naquela paragem. A questão dos abrigos que tem que ser resolvida. Há um conjunto de problemas, porque estamos a falar da maior operação de sempre em Portugal de transporte de passageiros. Os Senhores não estão a medir o que é que está a acontecer em Almada, isto é uma verdadeira revolução. É fácil vir à Assembleia Municipal, fazer umas críticas naturalmente, mas isso estamos todos de acordo que começou mal, estamos todos de acordo. Agora é preciso é estarmos juntos neste processo para encontrarmos soluções para o resolver e tem acontecido. E é esse o caminho que a Senhora Presidente da Câmara tem vindo a seguir e que tem que continuar a persistir, porque as populações têm que ser servidas com os transportes públicos. Nós temos que ter a melhor rede de transportes da Península.

E agora queria falar um pouco aqui sobre a questão do 2º Torrão que entronca com uma questão que vem de trás e é preciso nós trazermos aqui à colação que é a questão da habitação.

A questão da habitação em Almada, hoje trazemos a questão do 2º Torrão, algumas famílias têm que sair por uma questão de segurança, mas o problema da habitação social em Almada, não se resume ao 2º Torrão, nós temos mais 2600 (duas mil e seiscentas) pessoas sem casa ou a viver em sítios altamente degradados. E o primeiro responsável em Almada pelo problema da habitação, é o Partido Comunista, que em 1993 abandonou as políticas públicas de habitação. O que se passa em Almada com a habitação, é que desde 1993 que foram abandonadas as políticas e o investimento em políticas públicas de habitação, durante 25 anos a CDU não investiu um euro, não fez uma casa em Almada e arrancar com novas políticas de habitação demoram anos. Os projetos, os terrenos, isto demora anos a fazer. Durante 24 (vinte e quatro) ou 25 (vinte cinco) anos, o Partido Comunista em Almada, não fez uma casa. Portanto, nem conseguiu gerir a habitação social da Câmara Municipal, nem conseguiu geri-la sequer. Estava num estado altamente degradada, a própria identificação dos beneficiários não era feita, quando chegamos à Câmara Municipal, recordo-me há 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos quando foi feito o levantamento dos beneficiários, mais de metade dos beneficiários não eram os beneficiários, eram segundos e terceiros. Nem conseguiu gerir a habitação social em Almada.

Portanto, aquilo que é importante Senhora Presidente, o que lhe peço é que mobilize todos os esforços para lançar uma nova política como está a fazer, de habitação social em Almada porque a nossa população necessita e precisamos do seu empenho, da sua energia como sempre, para resolver os problemas em Almada."

6.6.15 – Em Defesa da Honra, nos termos do artigo 55º, nº 1, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal José Alberto Lourenço (CDU):

○ PER – Programa Especial de Realojamento foi em 1993. A Câmara Municipal de Almada assumiu nessa altura a responsabilidade de realojar 2126 (duas mil cento e vinte seis) ou 2156 (duas mil cento e cinquenta e seis) famílias em vários núcleos. Fizemos "n" realojamentos. Se o Senhor conhece Almada pergunto-lhe: sabe o que havia no Chegadinho? Sabe o que havia nas Matas de santo António? Sabe o que é que havia no Valdeão? Sabe o que é que havia em Santo António? Sabe os realojamentos da ICESA aqui próximo? Então quem é que fez



esses realojamentos? Desculpem, mas há limites para tudo, podemos ter opiniões diferentes, não podemos é perante pessoas que conhecem o processo, que sofreram com o processo, que efetivamente sofreram, porque fazer realojamentos, não é fácil, estou farto de dizer isto e vocês estão a sentir agora na pele. É preciso trabalhar muito, é preciso ter terrenos e vocês não têm terrenos, têm protocolos, isso é verdade, protocolos têm, nós para conseguirmos protocolos com IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado, andamos anos e anos, para que o IGAPHE assumisse as responsabilidades, porque cerca de setenta e tal por cento das barracas que existiam no tempo do PER, que existiam no 2º Torrão por exemplo, mas que existiam já nessa altura, setenta e tal por cento estavam em territórios públicos e nós reunimos “n” vezes com o Eng.º Carlos Botelho, com o Eng.º Teixeira Monteiro, dizendo-lhes o Estado naturalmente, tem que assumir a responsabilidade pelo facto de ter barracas em seus terrenos, é sinal que não vos fiscalizou, nunca assinaram um protocolo connosco. Tivemos que ir à luta, fazer realojamentos como fizemos.

Portanto, aquilo que aquele Senhor disse, só tem uma palavra, eu não posso usar outra, é: “mentira”. Na altura em que eu era Vereador da habitação, perto de 1300 (mil e trezentos) realojamentos foram feitos em habitações construídas pela Câmara Municipal de Almada. É bom que de uma vez se pare com esta mentira. Aliás, o Senhor se quiser eu convido-o, para irmos visitar os vários bairros que foram construídos pela Câmara Municipal de Almada, que assumiu as suas responsabilidades ao contrário do que está a fazer agora, que estão lá há 5 anos e não construíram uma habitação. Falaram ontem aqui que têm agora, parece, quase concluída a empresa que vai fazer os projetos. Eu digo-vos: se têm 3000 (três mil) realojamentos para fazer a este ritmo, se para fazerem 90 (noventa) realojamentos levam 4 (quatro) ou 5 (cinco) anos, daqui a 200 (duzentos) anos o problema está resolvido. É uma regra simples.”

6.6.2.16 – O Senhor Deputado Municipal Luis Filipe Palma (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou fazer a intervenção enquanto Presidente de Junta, são questões muito objetivas relativamente às Freguesias do Laranjeiro e Feijó. São 3 (três) questões muito objetivas, pedidos de esclarecimento relativamente a uma questão de salubridade que já foi trazida anteriormente a esta Assembleia Municipal e que temos trocado alguma informação relativamente ao Largo Francisco Sanches. Ocorre e continua a ocorrer uma alimentação a pombos e, portanto, há ali uma situação que tem criado situações de conflito entre uma moradora e os restantes moradores daquela artéria da Freguesia. Portanto, pedir aqui algumas explicações.

Relativamente a questões da ação Social particularmente, ao espaço de “sem abrigo” que existe no Clube de Instrução e Recreio do Laranjeiro, tivemos conhecimento que há falta de higienização dos balneários e de outros espaços que são partilhados pelos utentes deste espaço, portanto, haver aqui alguns esclarecimentos também.

E por fim, deixar aqui nota e congratular em certa medida também, as pavimentações que se registaram na rede viária na Freguesia de Laranjeiro e Feijó, deixando aqui o alerta para que não se perca a oportunidade principalmente na Estrada de Algazarra, colocar algumas lombas limitadoras de velocidade, ainda não estão marcadas também as passeadeiras, por isso é que utilizei a expressão “não perder a oportunidade”, assim como marcar as passeadeiras na rua de São João Teófilo Braga no Bairro de São João.”

6.6.2.17 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente à Atividade Municipal desenvolvida pela Câmara Municipal e que se encontra em apreciação, gostaria de destacar algumas ações desenvolvidas nas áreas dos pelouros atribuídos ao PSD durante os meses de junho, julho e agosto de 2022.

Assim, temos;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No que respeita ao desenvolvimento do Plano Municipal de Arborização, concluíram-se os trabalhos de levantamento e georreferenciação do arvoredo urbano na Freguesia de Cacilhas e está em curso a da Freguesia de Almada.

Encontra-se em análise o Relatório Final de Avaliação dos Serviços de Ecossistema Providenciados pelas Árvores de Arruamento no âmbito dos trabalhos produzidos com o Instituto Superior de Agronomia.

Apresentaram-se contributos ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, tendo em vista o Guia de Boas Práticas para a Gestão do Arvoredo Urbano.

Está em desenvolvimento uma proposta de Plantação e Requalificação do Bairro do Matadouro, no Pragal.

Encontra-se no DIOM para procedimento de empreitada o Projeto de requalificação do Jardim Dr. Alberto Araújo, em Almada.

Foi aprovada a candidatura “Florestas Urbanas para Mitigação Climática” para o Parque Multiusos, na Sobreda, ao abrigo do Aviso REACT-EU tendo em vista a Rearborização de Espaços Verdes e Criação de Ilhas – Sombra em Meio Urbano.

Encontra-se em processo de revisão a proposta de intervenção para a Mata de Vale Bem.

Foi inaugurado em 9 de julho o Parque Urbano de Vila Nova de Caparica e em 28 de julho o Parque Infantil na Rua dos Pinheiros, na Aroeira.

Realizou-se a proposta de desmantelamento do Parque Infantil da Praceta Melvin Jones, em Almada, tendo por base as anomalias e desgaste apresentado nos equipamentos e não passíveis de reparação.

Fez-se o acompanhamento da montagem e desmontagem do Festival Sol da Caparica, no Parque Urbano da Costa da Caparica.

Conclui-se o projeto de pavimentação de caminhos, reforço da plantação e iluminação LED no Parque Urbano do Pragal, encontrando-se em preparação o procedimento para lançamento da Empreitada.

Realizaram-se ensaios do sistema centralizado de gestão da rede de rega no Parque Multiusos, Parque Urbano do Pragal e Parque Urbano da Costa da Caparica, tendo em vista as necessárias medidas de poupança e racionalização da água de rega.

Apoiaram-se diversos programas e eventos promovidos nos diversos parques urbanos, destacando-se o Almada em Forma, o Dia do Bombeiro e Polícia no Parque – Concertos de Palmo e Meio.

Desenvolveu-se um estudo para ocupação do talhão norte e sala de despedida no Cemitério de Vale Flores.

Fizeram-se ajustes na sinalização para circulação automóvel no espaço cemiterial de Vale Flores.

Suspendeu-se a limpeza florestal até outubro na zona de mata do cemitério de Vale Flores, por motivos de risco de incêndio.

Iniciaram-se os procedimentos para exumações na 13ª secção.

Continuou-se a recuperação de canteiros, com plantação de flores e espécies arbustivas no Cemitério de Almada.

No que se refere ao Turismo, organizou-se o evento Trafaria Comprova em 8, 9 e 10 de julho.

Disponibilizou-se o Posto de Turismo da Costa da Caparica para a venda de bilhetes para o Sol da Caparica.

Desenvolveu-se a proposta relativa ao concurso gastronómico “Sabores de Almada 2022” que ocorrerá nos meses de setembro e outubro.



Promoveu-se Almada enquanto destino turístico, através de filmagens na Record TV Europa e da publicação de artigos diversos em revistas e canais digitais da especialidade.

Acolheram-se 5 estagiários, oriundos de escolas secundárias e da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

No que respeita à área dos Mercados, continuou-se o processo de revisão do Regulamento dos Mercados Retalhistas Municipais.

Fez-se o acompanhamento da preparação da obra a realizar nas instalações sanitárias do Mercado Municipal do Monte de Caparica.

Elaborou-se a proposta de trabalhos prioritários para o Mercado Municipal da Sobreda, no domínio das alterações a realizar no LIDL.

Preparou-se o programa preliminar tendo em vista o concurso de ideias para os Mercados Municipais de Almada e da Costa da Caparica.

Organizou-se o evento “Almada de Portas Abertas” no Mercado Municipal de Almada e na Rua de Olivença, no dia 1 de julho.

Ainda se elaborou o procedimento para aquisição de serviços de gestão na Feira de Levante, no Feijó, encontrando-se em fase de adjudicação.”

6.6.2.18 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Raquel Faria (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente e ainda sobre o problema dos transportes escolares que aqui foi mencionado no início desta reunião, que eu acho que é um tema extremamente importante para muitos municípios que não têm a possibilidade de levarem os filhos à escola, nomeadamente, por exemplo, mães, famílias monoparentais que têm as suas dificuldades.

Este transporte está mencionado na página 96 (noventa e seis) deste relatório com o contrato 84/2018. A questão que eu coloco à Câmara Municipal de Almada é a seguinte: uma vez que a Escola e o Agrupamento e os Pais acharam por bem que não era necessário este transporte, o porquê que não era necessário. Do lado da Câmara Municipal, uma vez que existe o contrato, não sabe quantos alunos transportava? Quantos transportes eram necessários para esses alunos? Portanto, tem que haver aqui também um esclarecimento por parte da Câmara Municipal para tentar perceber o porquê que o Agrupamento resolveu cancelar este transporte, porque os pais estão aqui. Os pais vieram aqui. E este transporte levanta a ponta do iceberg de algo grave neste Concelho, que é nomeadamente, o facto de haver poucas escolas para algumas Freguesias. Nomeadamente, na Charneca de Caparica com grandes distancias. E isto provoca grandes alterações a muitas famílias onde nomeadamente, há casos reportados e aparece muitas vezes nas redes sociais mães em pânico porque os filhos são colocados em escolas diferentes. E nomeadamente, às vezes em Freguesias diferentes. Portanto, a questão do transporte escolar é uma questão extremamente importante que eu acho que merece algum estudo mais aprofundado, nomeadamente no sentido de haver algo concertado entre Freguesias para haver transporte de alunos entre escolas e entre Freguesias.”

6.6.2.19 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como devem imaginar em três minutos não consigo responder a todas estas questões, quero só dar nota das questões que foram levantadas pelo Senhor Deputado Municipal Joaquim Judas.



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É bom lembrar que nós temos sempre em vigor o nosso plano “Almada Solidário” onde temos a rede de emergência, já temos aqui uma hipótese, que naturalmente toda essa discussão será feita em sede de orçamento e é a razão pela qual até vamos enviar convites para todos os Vereadores/as com ou sem pelouro poderem participar nessa elaboração antecipada, porque as incertezas são muitas, Almada está a fazer essa avaliação, mas era preciso que se conseguisse saber exatamente o que é que se vai passar. Dar já nota que, por exemplo, ao nível das receitas temos alguma dificuldade em fazer alguma previsão, nós e qualquer entidade que a gente contrate a esse nível.

Relativamente à questão do 2º Torrão, eu não vou ler o nome das pessoas, vou ler parte de um email que data de dia 1 de outubro de 2014, de um dos técnicos que aliás, foi enviado aos serviços da Câmara Municipal, o problema é que não encontramos seguimento ao resto, o nosso grande problema em Almada é que há uma quantidade de documentação que misteriosamente sumiu. Não há, sumiu. E como eu até não acredito que os processos não estejam todos, não sei, deve ter sido entre as eleições de 2017 e a nossa tomada de posse, foi um esvaziar de armários.

Portanto, eu passo a ler: “Recordamos que ao longo dos anos foram sendo construídas habitações precárias, clandestinas, em cima da Vala, o que dificultou e impossibilita a manutenção daquele troço. Por outro lado, a construção dessas habitações em cima da Vala, coloca as habitações em constante perigo”. E de facto, a nossa pergunta é o que é que fizeram desde 2014 e é isso que nós não encontramos. Portanto, não devem ter feito grande coisa. Mas teremos todo o gosto em fazer esse debate, aliás, terei todo o gosto em que se organize aqui uma sessão para debatermos realmente as políticas de habitação de Almada. Porque uma coisa nós sabemos, o PER foi cumprido a 60%, e ainda estou para ver o que é que fizeram desde 1994. O quê? Zero. E aliás, deixe-me lhe dizer, é bom que saibam que 45 (quarenta e cinco) dos núcleos degradados que foram identificados, todos eles cresceram imagine-se, nos últimos 25 (vinte cinco) anos. Portanto, Senhor Deputado Municipal, eu percebo que esteja revoltado, mas não se revolte connosco, revolte-se com a sua bancada e com o seu partido. E tem razão e infelizmente, como mete os pés pelas mãos, acaba sempre por dizer a verdade. A única coisa que a CDU faz, que é essa a sua convicção, é reclamar junto ao Estado que faça o trabalho que enquanto entidade municipal nunca quis fazer e nunca fez. E mesmo o PER só o fez obrigado.

Senhor Deputado Municipal José Rocha, eu acho que o Senhor Deputado Municipal tem mais qualidade do que a sua intervenção. Esta coisa dos casos pessoais eu acho sinceramente que não fica bem, não gosto desse género de intervenção, acho que não fica bem, o Bloco de Esquerda tem maior dimensão do que esta intervenção.

Eu nunca me esqueço que são pessoas, agora não ando é a fazer aproveitamento ou a publicitar o caso do A, B ou C. Claro que são pessoas, eu só trato com pessoas, eu só me preocupo com as pessoas. Mas é evidente que fazemos política é pelas pessoas e com as pessoas.

Peço desculpa por não responder a todas as perguntas não consegui por falta de tempo. Agradecer de qualquer maneira a participação de todos e também daqui a pouco tempo já estaremos a discutir o Orçamento e mais uma Informação da Atividade Municipal.”

6.6.2.20 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, com toda a serenidade queria lhe fazer uma pergunta: o que é que lhe permite num email que a Senhora Presidente acabou de ler, o que é que lhe permite inferir que a partir de 2014, não foi feito nada? A Senhora Presidente diz que está à procura, mas afirmou aqui que não tinha sido feito nada. Quem disse que não fizeram nada foi a Senhora Presidente, a Senhora Presidente é que tem que provar, eu não tenho nada que lhe provar. O que é que lhe permite inferir a partir desse email que leu, que não foi feito nada, o que é que permite?

A política de habitação prosseguida pela CDU foi tão transparente e tão às claras, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, atualmente, ainda está a pagar empréstimos relativamente a essa política.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

Mas, a questão essencial que eu gostaria aqui de colocar, é reafirmar que a razão da CDU quando diz que até 2018, a resolução do problema da habitação, dos gritantes problemas de habitação de Almada e do país, pertencia ao Governo. A Câmara Municipal de Almada presidida pela CDU sempre cooperou com o Governo no sentido de resolver o problema. O contrário não poderei dizer o mesmo. A partir de 2018, essa responsabilidade passou para a Câmara Municipal. O que a Câmara Municipal tem que fazer é exercer essa responsabilidade e é sua responsabilidade fazer, é a atual maioria da Câmara Municipal que tem que o fazer, é executar essas competências que aceitou, naturalmente, e resolver os problemas que tem que resolver. Este é o problema central, são pessoas que estão em causa e não basta dizer aqui aos microfones da Assembleia Municipal que se pensa sempre nas pessoas, é preciso pensar mesmo sempre nas pessoas.”

7 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Ordem de Trabalhos na Segunda Reunião da Sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal,

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Lina Gonzalez, António Matos, José Luís Matos, Mara Rita Silva Martins, Tiago David Galveia e Fernando Cruz Cordeiro.

9 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e quatro munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

10 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

